



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07|julho 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: julho de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de julho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	41

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em maio de 2012, a produção industrial mundial desacelerou para 3,7% em termos homólogos; mas, enquanto se assistiu a uma deterioração da produção das economias avançadas; verificou-se uma melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos. Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, este acelerou devido ao reforço do crescimento das exportações mundiais, nomeadamente das economias emergentes; já que em relação às importações mundiais, estas desaceleraram devido à quebra registada das provenientes das economias avançadas, tendo a diminuição sido particularmente significativa para a área do euro, em linha com a fraqueza da procura interna.
- * A persistência de um clima de aumento da incerteza provocado pelas tensões existentes ao nível dos mercados de dívida soberana na área do euro e o agravamento da crise do setor bancário em Espanha foram os principais fatores que contribuíram para a forte depreciação do euro face ao dólar no mês de julho.
- * Os indicadores referentes ao 2.º trimestre de 2012 indicam um abrandamento do crescimento da economia mundial com evoluções divergentes entre as diferentes regiões. Assim, enquanto o conjunto das economias avançadas se deteriorou, com destaque para o enfraquecimento da área do euro, o crescimento das economias emergentes manteve-se robusto, apesar de ter continuado a abrandar (caso da China, cujo o PIB desacelerou para 7,6% em termos homólogos reais). Neste período, assistiu-se a uma desaceleração dos preços das matérias-primas com repercussões na diminuição da taxa de inflação das economias avançadas e emergentes.
- * No 2.º trimestre de 2012, a economia dos EUA continuou a apresentar uma expansão moderada, apesar da recente diminuição dos indicadores de confiança, especialmente expressiva dos empresários dos serviços. Com efeito, a produção industrial reforçou-se e as vendas a retalho abrandaram mas, mantiveram um forte crescimento. A taxa de desemprego desceu para 8,2% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,9% (2,8% no 1.º trimestre).
- * No 2.º trimestre de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da descida da generalidade dos indicadores de confiança, tendo esta sido mais acentuada para os empresários. Os indicadores quantitativos para a AE indicam um enfraquecimento da atividade económica (quebra da produção industrial e das vendas a retalho; abrandamento do crescimento das exportações). Em maio de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto para a UE como para a AE, para 10,3% e 11,1%, respetivamente. A taxa de inflação homóloga da AE manteve-se em 2,4% em junho de 2012.
- * Em julho de 2012 e, até ao dia 20, as taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na área do euro em linha com a decisão do BCE ter reduzido, no início do mês, a taxa de juro diretora para 0,75%; enquanto quase estabilizaram nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,54% (0,66%, em junho) e a dos EUA situou-se em 0,46%.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* subiu ligeiramente em julho, tendo a média do preço do Brent, até ao dia 20, registado o valor de 101 USD/bbl (82€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * No 2.º trimestre de 2012 o indicador de clima económico do INE melhorou ligeiramente face ao trimestre anterior (+0,4 p.p.).
- * Também no 2.º trimestre, o consumo privado terá registado uma quebra menos acentuada enquanto o investimento terá aprofundado a contração, face ao 1.º trimestre.
- * Em junho de 2012, o Índice de Preços do Consumidor (IPC), registou pelo segundo mês consecutivo uma variação homóloga de 2,7% (3,0% em abril).

- * De acordo com os dados do IEF, os desempregados registados no final do 2.º trimestre totalizaram aproximadamente 646 mil pessoas, menos 15,4 mil desempregados do que os registados no 1.º trimestre.
- No primeiro semestre de 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real de 247 municípios na Administração Local, foi de 1543,0 milhões de euros. Excluindo as EPR, o défice foi de 1070,5 milhões de euros, correspondendo a uma melhoria de 2612,1 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado, o qual diminuiu 2827,5 milhões de euros e, em menor grau, o aumento do excedente dos FSA, em 602,4 milhões de euros, e da administração local, em 37,7 milhões de euros, e foi compensado parcialmente pela diminuição do excedente da Segurança Social, em 807,2 milhões de euros, e pelo aumento do défice da administração regional, em 48,2 milhões de euros. O défice das EPR foi de 472,5 milhões de euros, mais 12,0 milhões de euros do que o registado em maio de 2012.
- * Até maio, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 513,9 milhões de euros, o que compara com o défice de 112,5 milhões de euros registado no período homólogo.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo de 9% das exportações de bens nos primeiros cinco meses do ano relativamente a igual período do ano passado. Neste mesmo período, as importações decresceram 5,6%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 38,7%, correspondendo a 2.966 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 80,1%, mais 10,7 p.p. que em igual período de 2011.
- * Nos primeiros cinco meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, foi inferior ao crescimento das exportações totais (6,7%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (10,6%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 74,5%.
- * No *último ano a terminar em maio de 2012*, as exportações de mercadorias cresceram 11,3% em termos homólogos, sendo que todos os grupos contribuíram positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,6 p.p.), dos “Minérios e Metais” e das “Máquinas” (ambos com +1,8 p.p.). Nos primeiros cinco meses de 2012, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,7 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,9 p.p.).
- * De janeiro a maio de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 3% e contribuíram em 2,3 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,4% e as exportações para os países do Alargamento 17,9%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 1,8 p.p. e 0,5 p.p. Apesar de perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 25,9% para 22,5% no período de janeiro a maio de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para a França (+0,6 p.p.), para o Reino Unido e para a Bélgica (ambos com +0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exporta-

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de maio de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar e, tratando-se de um curto período do ano, a sua análise merece alguma prudência. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

ções intra UE-15. As exportações de mercadorias para a França cresceram, em termos homólogos, 4,8%, e as exportações para o Reino Unido 10,5%.

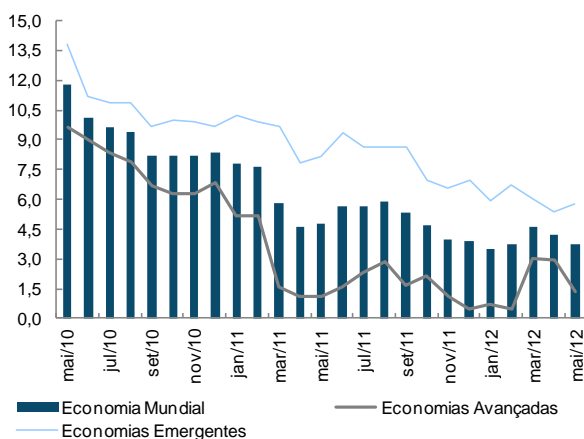
- * Nos primeiros cinco meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 27,9% relativamente a igual período em 2011, passando a representar 28,2% do total das exportações nacionais (+4,2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+196,7%), Angola (+37,3%) e Marrocos (33,5%).
- * De janeiro a maio de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 9,9% face a igual período de 2011. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (8,4 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **abril** de 2012, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo de 7,1% nos primeiros quatro meses de 2012, relativamente a igual período de 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (9,1% e 1,8%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+6,6 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em maio de 2012, a produção industrial mundial desacelerou para 3,7% em termos homólogos (4,2% em abril) devido à deterioração da produção das economias avançadas, tendência que se estendeu aos EUA, Japão e área do euro. Pelo contrário, a produção industrial das economias emergentes melhorou, especialmente asiáticas.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



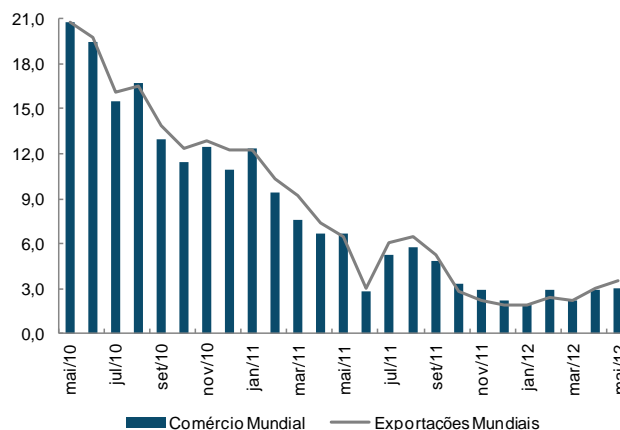
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias teve uma ligeira melhoria devido à aceleração das exportações mundiais. Ao inverso, as importações mundiais registaram uma desaceleração.

De facto, em maio de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 3% (2,9% em abril);
- as exportações mundiais aceleraram para 3,5% (3% em abril); enquanto as importações mundiais abrandaram para 2,6% (2,8% em abril de 2012).

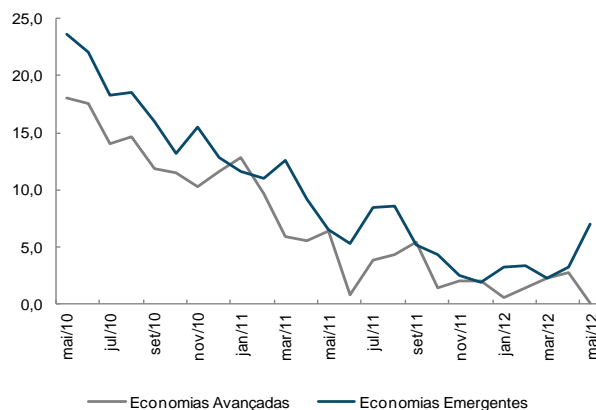
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A aceleração das exportações mundiais de mercadorias deu-se devido ao fortalecimento proveniente dos países emergentes. Pelo contrário, as das economias avançadas desaceleraram, situação para a qual contribuiu sobretudo a quebra das exportações da área do euro. As importações mundiais registaram um abrandamento causado pela diminuição das economias avançadas, tendo sido particularmente significativa para a área do euro, em linha com a fraqueza da procura interna; enquanto as importações dos países emergentes continuaram a melhorar, especialmente as provenientes dos países asiáticos.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

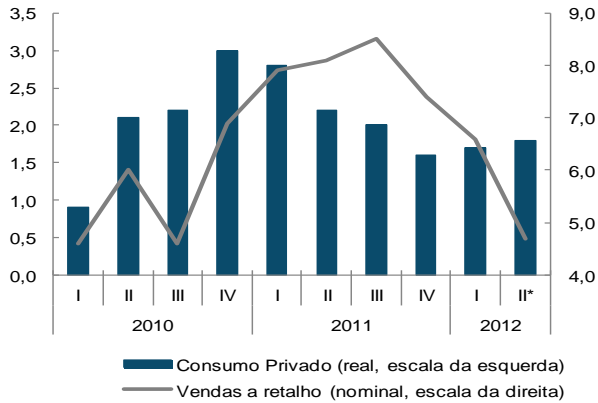
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012				
				1T	2T	3T	4T		1T	fev	mar	abr	mai
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,5	7,1	5,0	5,6	4,2	4,0	3,8	4,6	4,2	3,7	
Economias Avançadas	VH	CPB	2,2	4,0	1,2	2,3	1,2	1,4	0,4	3,0	3,0	1,4	
Economias Emergentes	VH	CPB	8,5	10,0	8,5	8,7	6,8	6,2	6,7	6,0	5,3	5,7	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,7	9,7	5,4	5,3	2,8	2,4	2,9	2,3	2,9	3,0	
Importações Mundiais	VH	CPB	5,4	8,9	5,1	4,7	3,3	2,5	3,4	2,3	2,8	2,6	
Economias Avançadas	VH	CPB	3,4	7,7	2,9	2,3	0,8	0,4	0,8	0,9	0,9	-1,3	
Economias Emergentes	VH	CPB	7,7	10,2	7,5	7,2	6,0	4,8	6,2	3,6	4,8	6,7	
Exportações Mundiais	VH	CPB	6,0	10,6	5,6	5,9	2,3	2,2	2,4	2,2	3,0	3,5	
Economias Avançadas	VH	CPB	4,9	9,4	4,2	4,5	1,8	1,4	1,4	2,3	2,8	0,0	
Economias Emergentes	VH	CPB	7,1	11,8	6,9	7,4	2,9	2,9	3,3	2,2	3,2	7,0	

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores referentes ao 2.º trimestre de 2012 sugerem a continuação de uma expansão económica moderada nos EUA, apesar da recente diminuição dos indicadores de confiança; a manutenção de um crescimento robusto da economia chinesa, embora em abrandamento e a manutenção de uma forte atividade económica do Japão. Neste período, assistiu-se a uma nova desaceleração dos preços das matérias-primas com repercussões na diminuição da taxa de inflação das economias avançadas e emergentes.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



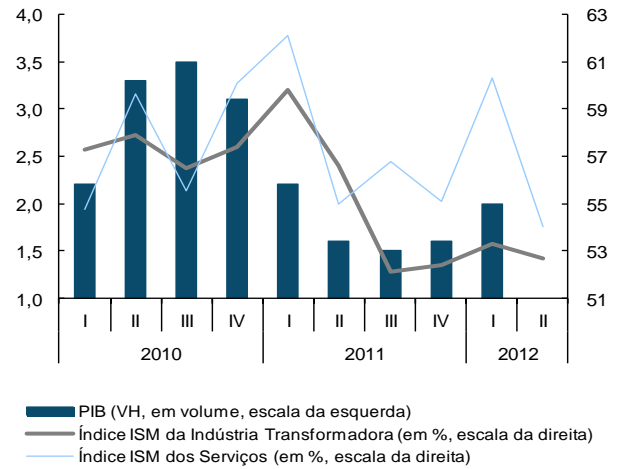
Fonte: Bureau of Economic Analysis. * P/ o consumo privado, média dos meses de abril e maio.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 2.º trimestre de 2012 indicam uma diminuição dos indicadores de confiança dos empresários, especialmente expressiva dos serviços, mas a atividade económica manteve-se positiva. Com efeito, neste trimestre e, em termos homólogos:

- a produção industrial reforçou-se para 4,7% (4,4% no 1.º trimestre de 2012);
- as vendas a retalho abrandaram para 4,7% em termos nominais (6,6% no 1.º trimestre de 2012) e o indicador de confiança dos consumidores aumentou apesar de uma descida pronunciada em junho;
- a taxa de desemprego desceu para 8,2% e a taxa de inflação diminuiu para 1,9% (2,8% no 1.º trimestre).

No conjunto dos meses de abril e maio de 2012 e em comparação homóloga, o consumo privado melhorou para 1,8% em termos reais e as exportações desaceleraram para 4,1% em termos nominais (6,7% no 1.º trimestre).

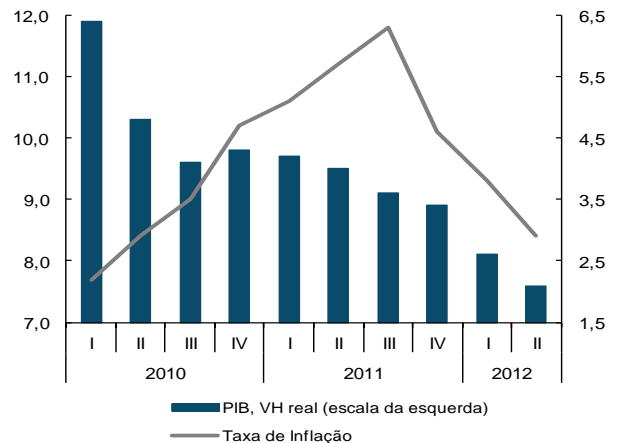
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 2.º trimestre de 2012, o crescimento do PIB da **China** abrandou para 7,6% (8,1% no 1.º trimestre), apesar de continuar a demonstrar uma forte resistência face a um enquadramento internacional menos favorável. Para esta evolução contribuiu um crescimento menos forte da procura interna; enquanto as exportações fortaleceram-se. A taxa de inflação homóloga diminuiu para 2,9% no 2.º trimestre de 2012 (3,8% no 1.º trimestre).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

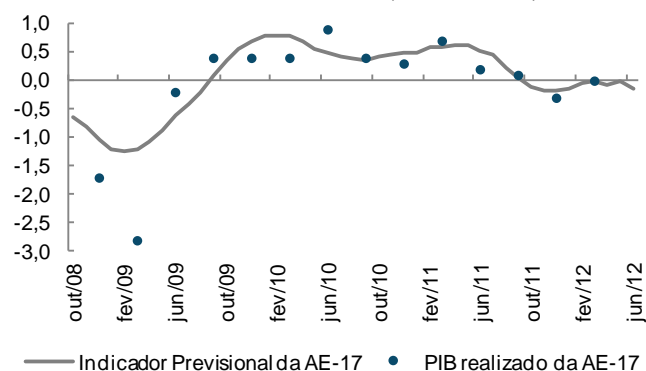
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
EUA – PIB real	VH	BEA	1,7	1,6	1,5	1,6	2,0	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,1	3,6	3,3	4,1	4,4	4,7	3,7	5,0	4,4	4,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	56,6	52,1	52,4	53,3	52,7	53,4	54,8	53,5	49,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	55,0	56,8	55,1	60,3	54,0	58,9	54,6	55,6	51,7
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	71,9	59,6	65,0	75,5	76,3	76,2	76,4	79,3	73,2
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,0	9,1	8,7	8,3	8,2	8,2	8,1	8,2	8,2
China – PIB real	VH	NBSC	9,2	9,5	9,1	8,9	8,1	7,6	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	22,4	20,7	14,4	8,9	10,5	8,9	4,9	15,3	11,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	-1,7	-0,6	-0,5	2,7	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da descida da generalidade dos indicadores de confiança, tendo sido mais pronunciada para os empresários. Consoante o indicador previewal do Banco de Itália, o PIB em cadeia da AE deteriorou-se em junho, perspetivando uma variação negativa no 2.º trimestre de 2012 (variação nula no 1.º trimestre).

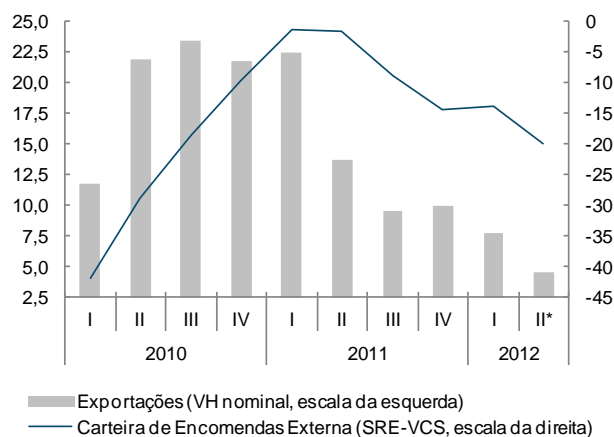
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

No conjunto dos meses de abril e maio de 2012, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam um enfraquecimento da atividade económica, com destaque para a continuação da quebra da produção industrial, das vendas a retalho e, para um abrandamento do crescimento das exportações.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

*P/ Exportações, média dos meses de abril e maio.

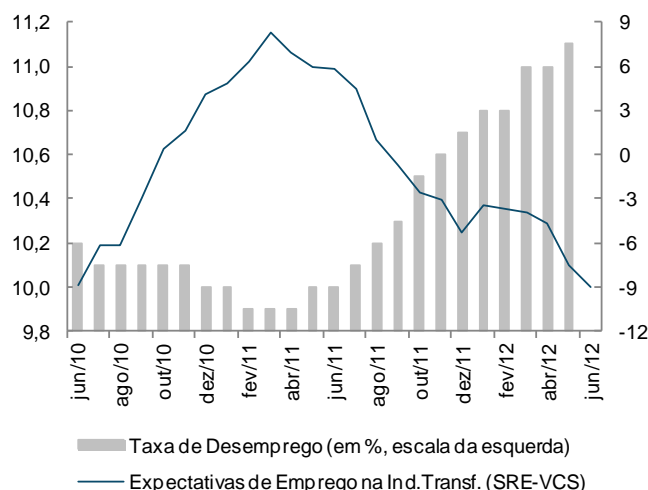
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,7	1,4	0,8	0,1	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	104,6	97,5	92,6	93,3	91,3	93,2	93,2	90,4	90,4
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,7	1,3	0,7	0,0	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	105,2	98,4	93,6	94,1	91,1	94,5	92,9	90,5	89,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,6	3,9	3,9	-0,1	-1,5	:	-1,6	-2,5	-2,8	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,6	-0,4	-0,6	-1,4	-1,1	:	-0,3	-2,8	-0,7	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	10,0	10,2	10,6	10,9	:	11,0	11,0	11,1	:
IHPC	VH	"	2,7	2,8	2,7	2,9	2,7	2,5	2,7	2,6	2,4	2,4

Em maio de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE para 10,3% e 11,1% (10,2% e 11%, respetivamente, em abril).

Em junho de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores da indústria transformadora e dos serviços; enquanto apresentaram uma melhoria para o comércio a retalho e a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



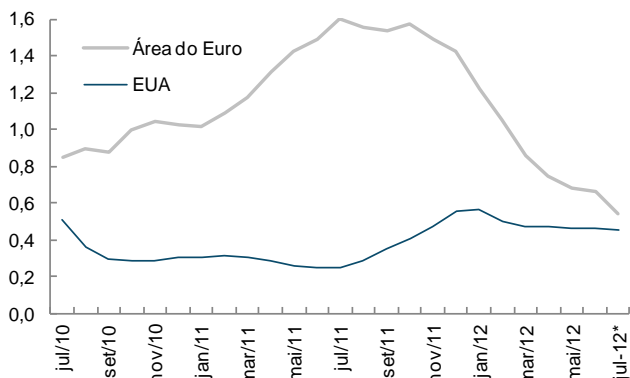
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em junho de 2012, a taxa de inflação da área do euro manteve em 2,4% em termos homólogos e, em 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses. Esta evolução resultou da aceleração do preço dos bens alimentares não transformados, compensada pela descida da taxa de variação dos preços de energia, cuja variação se situou em 6,1% em termos homólogos (7,3% em maio).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

No dia 5 de julho de 2012, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa diretora para 0,75% (1,0%, desde 8 de dezembro de 2011). Em julho de 2012 e até ao dia 20, as taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na área do euro; enquanto quase estabilizaram nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,54% (0,66%, em junho) e a dos EUA em 0,46%.

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 20.

Em junho de 2012, a evolução das taxas de juro de longo prazo na área do euro e nos EUA, continuou a refletir o aumento das preocupações relacionadas com as perspetivas económicas nas economias avançadas no curto prazo e o aumento da incerteza associado às necessidades de recapitalização do setor financeiro de Espanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

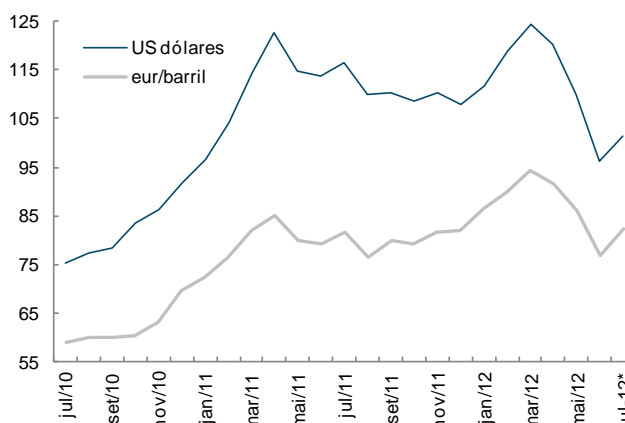


Fonte: Banco de Portugal. Para julho, o valor é do dia 20.

No decurso do mês de julho e, até dia 20, registou-se uma depreciação significativa da taxa de câmbio do euro face ao dólar, tendo atingido no dia 16 (1,22) o valor mais baixo desde meados de junho de 2010. Para esta tendência tem contribuído a intensificação das preocupações quanto à situação orçamental de alguns países da área do euro e, alguma indefinição na resolução do problema da dívida soberana.

Em junho de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 79,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em julho de 2012, e até dia 20, o preço do petróleo *Brent* subiu ligeiramente para se situar, em média, em 101 USD/bbl (82 €/bbl), invertendo a tendência de queda observada desde o final do primeiro trimestre.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 20.

No 2.º trimestre de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas tornou a desacelerar, tendo diminuído 14,6% em termos homólogos (-13,8% no 1.º trimestre), abrangendo a generalidade dos produtos, com exceção dos bens alimentares, cuja descida foi menos acentuada do que no 1.º trimestre de 2012.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012		2012				
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,55	1,55	1,36	0,78	0,66	0,78	0,71	0,67	0,66
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,77	3,19	2,41	2,04	2,02	1,81	2,16	2,03	1,79	1,61
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,51	4,30	4,53	4,39	4,27	4,06	4,24	4,28	4,30
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,445	1,350	1,294	1,336	1,259	1,34	1,32	1,24	1,26
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	0,8	-12,1	12,0	8,1	-2,5	2,0	0,0	-6,2	3,9
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	-2,1	-23,5	6,3	6,9	-8,6	-1,4	-6,9	-8,1	6,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	117,04	112,18	108,94	118,21	108,78	124,38	120,26	109,98	96,10
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	47,2	45,9	24,9	12,4	-7,1	8,6	-2,0	-4,1	-15,5
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	30,2	33,4	25,8	17,3	4,2	15,16	7,60	7,62	-2,97
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,7	82,9	78,3	81,2	87,7	86,5	92,5	93,5	86,3	79,8

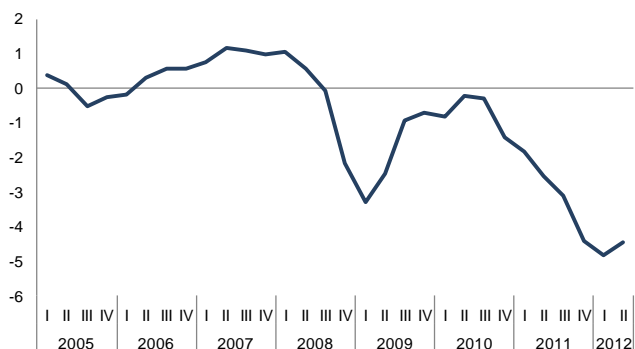
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 2.º trimestre de 2012, o indicador de clima económico recuperou ligeiramente, interrompendo o movimento descendente observado desde outubro de 2010.

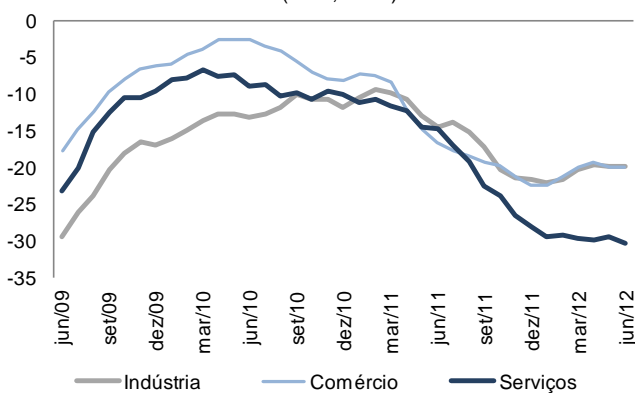
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

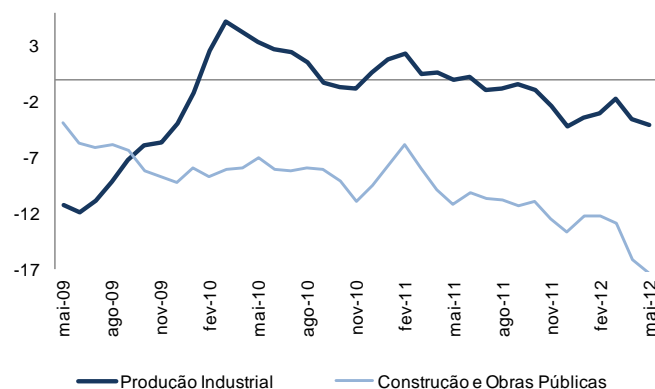
Os indicadores de confiança da indústria transformadora e do comércio registaram ligeiras melhorias no 2.º trimestre, enquanto se observou uma deterioração deste indicador nos serviços e na construção e obras públicas.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.3. Índice de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em maio mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 4,1%, e o índice de volume de negócios desceu 3,9% (-1,7% e 0,5% respetivamente no 1.º trimestre);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -17,3%, -4,4 p.p. face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -11,5%, -2,3 p.p. face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou variação de -5,4%, inferior em 0,6 p.p. face ao valor observado no último trimestre.

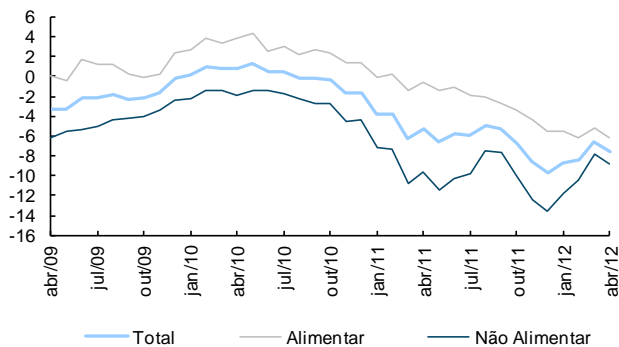
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012		2012			
				3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,6	-2,0	-2,9	-2,2	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-3,1	-4,4	-4,8	-4,4	-4,8	-4,7	-4,6	-4,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-17,1	-21,6	-20,2	-19,9	-18,9	-18,9	-21,5	-19,3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,6	-19,2	-22,4	-19,9	-19,9	-19,0	-19,2	-21,4	-19,3
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-22,5	-28,1	-29,6	-30,3	-30,5	-29,7	-28,4	-32,8
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-59,3	-65,3	-68,8	-71,5	-69,5	-70,7	-72,7	-71,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,9	-0,4	-4,2	-1,7	:	-2,1	-5,8	-4,4	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,7	4,7	0,0	0,5	:	-1,7	-7,9	-2,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-7,2	-6,2	-12,3	-9,2	:	-12,2	-12,0	-10,1	:

Consumo Privado

Nos meses de abril e maio, em termos médios homólogos, o índice de volume de negócios de comércio a retalho (IVNCR) apresentou uma quebra mais acentuada face ao 1.º trimestre. Para esta evolução contribuiu a evolução mais negativa quer dos produtos alimentares, quer dos não alimentares.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)

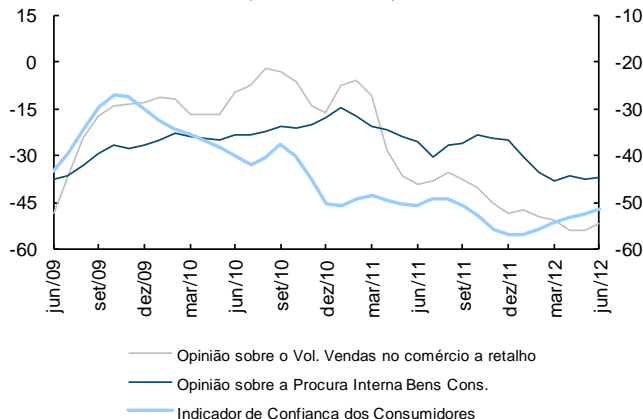


Fonte: INE.

No 2.º trimestre, deteriorou-se a confiança dos empresários no comércio a retalho, enquanto o sentimento dos empresários relativos à procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria melhorou ligeiramente.

O indicador de confiança dos consumidores tem vindo a recuperar desde fevereiro, contrariando o movimento descendente observado desde finais de 2009. No que diz respeito ao mês de junho, o aumento do indicador de confiança dos consumidores resultou do contributo positivo de todas as componentes, com exceção das expectativas de evolução da poupança.

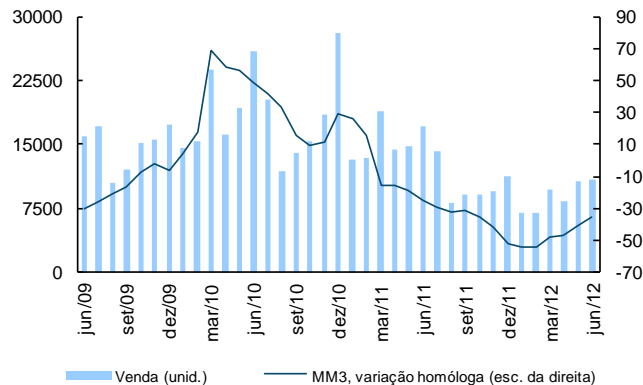
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em termos homólogos, as vendas de veículos no 2.º trimestre de 2012, tiveram uma quebra menos acentuada que o 1.º trimestre em 12,9 p.p. (-35,5% face aos -48,4 do 1.º trimestre).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-4,0	-3,4	-3,5	-6,6	-5,6	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-51	-51	-57	-54	-52	-53	-53	-52	-49
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-39	-38	-49	-51	-52	-57	-51	-55	-49
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-5,8	-5,3	-9,7	-6,5	-	-4,5	-9,9	-5,0	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-1,0	-2,8	-5,5	-5,2	-	-3,3	-8,2	-1,8	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-10,3	-7,6	-13,7	-7,9	-	-5,8	-11,7	-8,2	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-24,7	-31,5	-51,7	-48,4	-35,5	-49,1	-41,7	-27,5	-37,0
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	-2,7	-0,8	-6,5	-5,0	-	-9,3	-7,7	-1,7	-

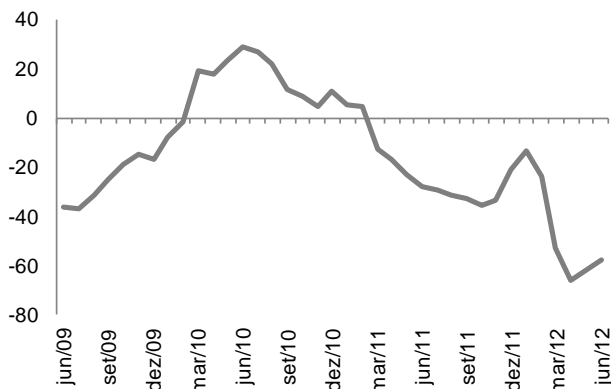
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Mono volumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 2.º trimestre de 2012, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra homóloga de 57,4% (-4,9 p.p. comparando com o 1.º trimestre).

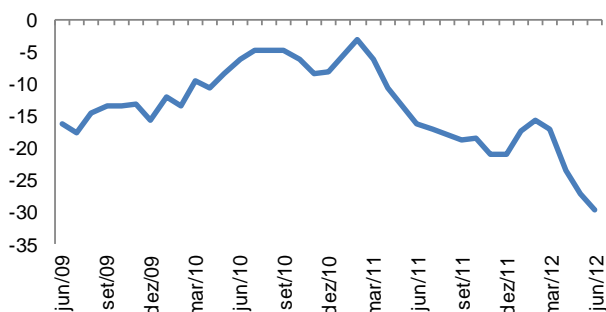
Figura 2.7. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

- as vendas de cimento diminuirão 29,7%, em termos homólogos (-12,6 p.p. comparando com os valores verificados no primeiro trimestre).

Figura 2.8. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



— Vendas de Cimento (Nacional)

Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

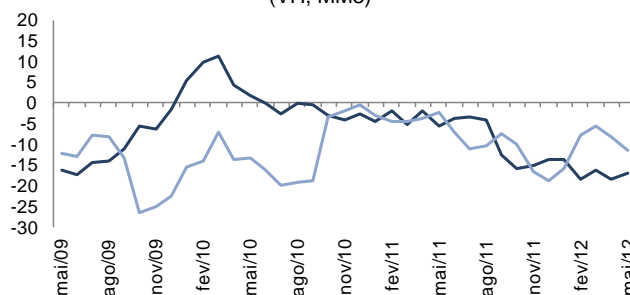
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012		2012			
				3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,9	-13,5	-23,8	-12,8	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,3	-12,1	-15,7	-12,2	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-12,2	-14,6	-14,0	:	-14,0	-16,9	-17,6	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-18,6	-21,1	-17,1	-29,7	-22,5	-29,0	-30,2	-29,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-32,7	-20,9	-52,5	-57,4	-66,0	-63,1	-55,9	-53,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-41,0	-48,4	-44,8	-50,3	-48,6	-68,8	-31,6	-42,9
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-45,9	-56,6	-47,2	-45,3	-44,8	-47,1	-51,2	-37,4
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-30,7	-30,2	-30,0	-31,2	:	-33,6	-36,4	-29,1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,5	-7,3	-18,9	-5,5	:	-13,4	-15,0	-6,2	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,0	-12,4	-13,5	-16,2	:	-12,4	-21,7	-17,1	:

- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso deteriorou-se.

No trimestre terminado em maio, em termos homólogos:

- as licenças de construção de fogos desceram 32,8% (-1,6 p.p. face ao valor do 1.º trimestre);
- o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional agravou-se 0,7 p.p. face ao 1.º trimestre;
- as importações de bens de capital, exceto material de transporte desceram 6.1 p.p. face ao último trimestre.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



— Vol. Negócios Indústria (Merc. Nacional)
— Import. Máquinas (exc. Mat. Transporte)

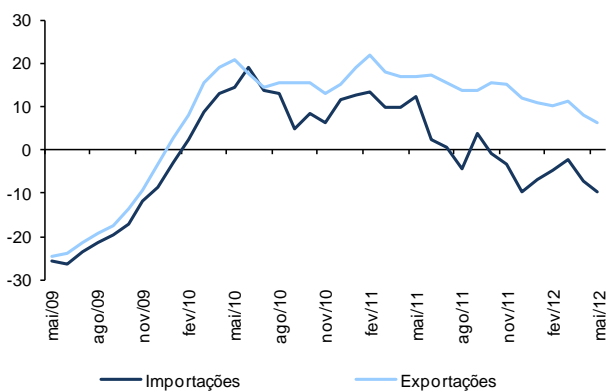
Fonte: INE.

Contas Externas

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no trimestre terminado em maio, e em termos homólogos:

- as exportações de bens desaceleraram 4,8 p.p. face ao 1.º trimestre, tendo registado um crescimento de 6,5%. A componente extracomunitária aumentou 23,6%, um valor abaixo dos 31,9% registados no 1.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário continuam a abrandar (0,9%, menos 4,1 p.p. face ao 1.º trimestre);
- as importações de bens registaram uma quebra de 9,5% (-2,3% no 1.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 10,1%, sendo que o mercado extracomunitário diminuiu 8,1% (-8,6% e 14,3% no 1.º trimestre respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

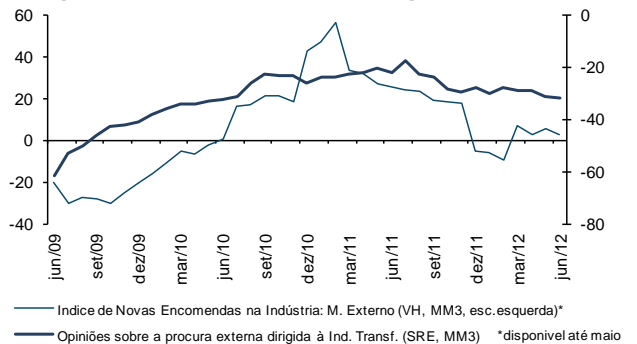


Fonte: INE.

As novas encomendas à indústria do mercado externo cresceram 2,6%, em termos homólogos no trimestre terminado em maio (-0,4 p.p. face ao 1.º trimestre).

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa deterioraram-se ligeiramente no trimestre terminado em junho.

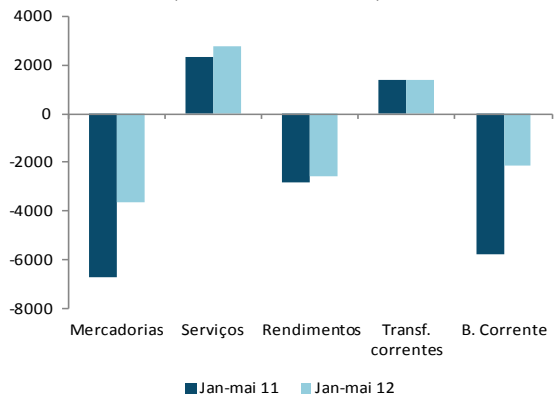
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até maio de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 2 110 milhões de euros, o que representa uma redução de 3 681 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos (a exceção é a balança de transferência correntes cujo saldo desceu 22 milhões de euros), com destaque para a diminuição de 3 062 milhões de euros no défice da balança de mercadorias, e um aumento de 409 milhões de euros no excedente da balança de serviços. Destaque ainda para uma melhoria no saldo da balança de rendimentos de 233 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O défice conjunto das balanças corrente e de capital reduziu-se em 4 522 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

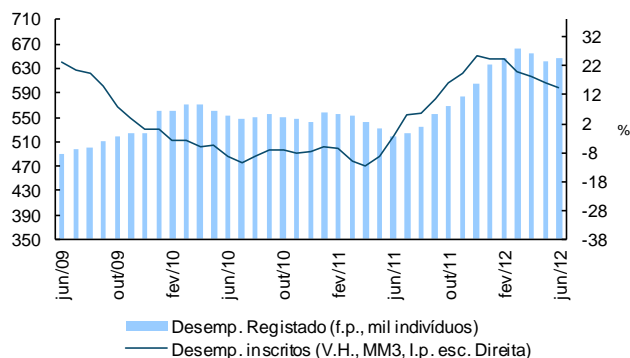
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011				2012	2012			
					1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,6	8,4	8,8	6,7	6,6	7,9	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,3	-1,1	-4,3	-2,8	-12,8	-4,0	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	5,6	4,9	3,8	12	15	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-5,0	-7,2	-7,8	-5,3	0,3	-2,5	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,3	17,9	17,3	13,7	12,6	12,0	14,0	13,8	9,0	2,8
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	1,2	9,7	2,4	3,9	-9,7	-3,0	3,3	-1,4	-9,6	-11,4

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					Abr	Jan Abr 11	Abr	Jan Abr 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 008	-19 086	-1049	-3 682	-33	-698	2 984
Saldo Balança de Bens	"	"	-19 206	-22 985	-1495	-5 168	-655	-2 852	2 315
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 533	6 602	448	1 763	502	2 044	281
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 035	-7 817	-437	-1 812	-391	-1 624	188
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 603	2 464	338	1 119	187	1 020	-99

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP os desempregados registados no final do 2.º trimestre totalizaram aproximadamente 646 mil pessoas. Este valor representa uma quebra face ao trimestre anterior de 2,3%.

Figura 2.13. Desemprego Registrado (%)

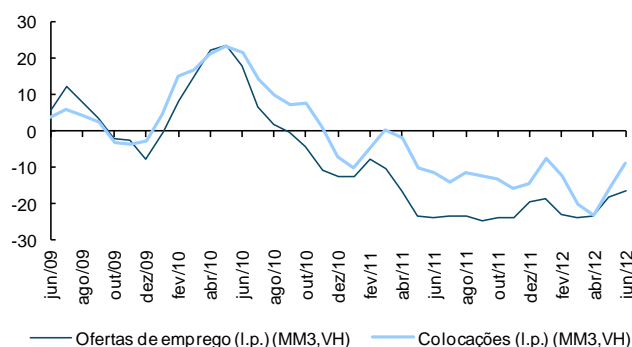


Fonte: INE.

Em termos absolutos observou-se no 2.º trimestre do corrente ano menos 15,4 mil desempregados do que no trimestre anterior.

O número de ofertas de emprego em junho sofreu uma contração face ao mesmo período do ano anterior de 8,8% (+11,3 p.p. que o mês de maio). Por seu lado, o 2.º trimestre de 2012 registou uma quebra homóloga de 16,4%. Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de junho foi de 8 386 (menos 164 ofertas que o mês de maio), mais 869 ofertas que o 1.º trimestre. As colocações registadas em junho ascenderam a cerca de 5,5 mil colocações, o que representa uma queda em termos homólogos de 2,9%.

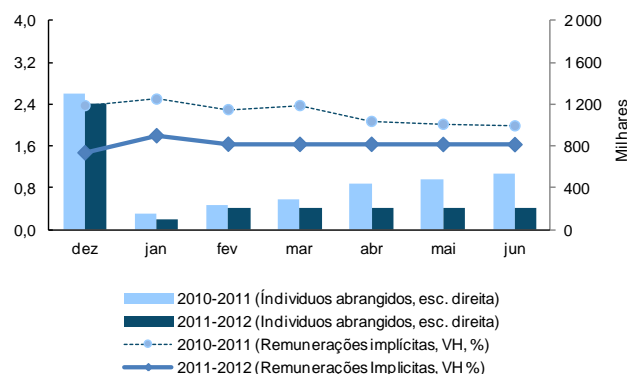
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O rácio das colocações sobre as ofertas de emprego situou-se este mês nos 66,2%, face aos 66,4% verificados no mês de maio.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) em junho ascendeu os 208,3 mil trabalhadores (menos 329 mil trabalhadores do que em junho de 2011). Se compararmos este valor com o mês anterior isto significa aproximadamente mais 952 trabalhadores abrangidos do que em maio. Relativamente à remuneração implícita convencionada por IRCT, manteve-se em junho uma variação média anual de 1,6%.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

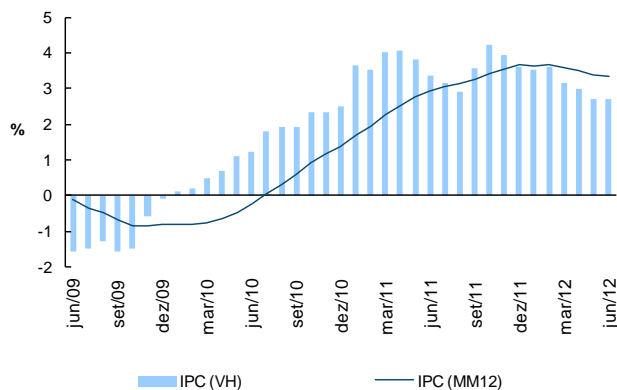
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012		2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,4	12,1	12,4	14,0	14,9	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	:	:	:	:	:	-4,2	-	-	-	-	-
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	19,8	24,5	19,8	21,0	20,8	24,5
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5,3	-11,0	-2,2	10,7	25,3	19,8	14,7	19,9	15,2	12,6	16,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20,1	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,6	-16,4	-14,3	-20,0	-20,1	-8,8
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,4	2,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,3	0,9	-0,8	0,8	-1,7	1,5	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,8	2,5	3,1	2,7	2,8	2,0	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em junho de 2012, o Índice de Preços do Consumidor (IPC), registou pelo segundo mês consecutivo uma variação homóloga de 2,7% (3,0% em abril). O IPC manteve assim a tendência de queda que se verifica desde de finais de 2011. Por outro lado, o IPC medido pela média móvel dos últimos 12 meses, registou uma variação de 3,3%, -0,1 p.p. que o valor verificado no mês de maio.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC destaca-se a da classe da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis com uma contribuição de 1,15 p.p. e, com menor expressão a contribuição 0,60 p.p. dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em junho crescimentos homólogos de 2,4% e 3,2% respetivamente, taxas iguais às registadas no mês anterior.

No mês de junho a inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) situou-se nos 1,5%, -0,1 p.p. que o mês anterior. O diferencial entre o IPC total e o subjacente em junho foi de 1,2 p.p., face aos 1,1 p.p. verificados no mês de maio.

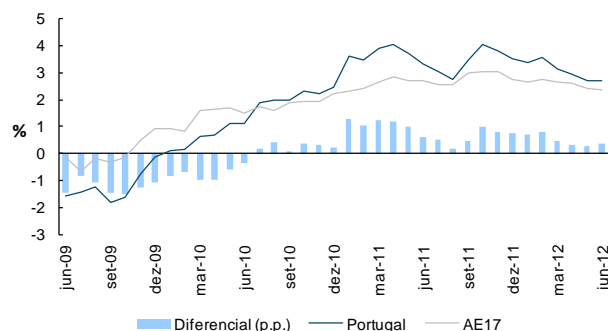
No mês de junho de 2012, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 2,7%, conforme já se tinha observado no mês de maio. Por seu lado, a variação homóloga do IHPC da zona euro foi de 2,4%. O diferencial do IHPC entre Portugal e a zona euro foi assim de 0,4 p.p., +0,1 p.p. que o mês anterior.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012											
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,1	-0,1	0,0	0,5	0,1	1,2	0,3	-0,4	-0,2			
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	4,2	3,9	3,6	3,5	3,6	3,1	3,0	2,7	2,7			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,4	3,6	3,7	3,6	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3			
IPC - Bens	VH	"	4,3	5,4	5,0	4,3	3,9	3,7	3,2	3,0	2,4	2,4			
IPC - Serviços	"	"	2,5	2,4	2,2	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2	3,2			
IPC Subjacente*	"	"	2,3	3,0	2,1	2,3	2,1	2,2	1,9	1,7	1,6	1,5			
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	5,5	5,2	4,4	4,6	4,2	3,7	3,6	3,2	2,7			
IHPC	"	"	3,5	4,0	3,8	3,5	3,4	3,6	3,1	2,9	2,7	2,7			
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	1,0	0,8	0,7	0,7	0,8	0,5	0,3	0,3	0,4			

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

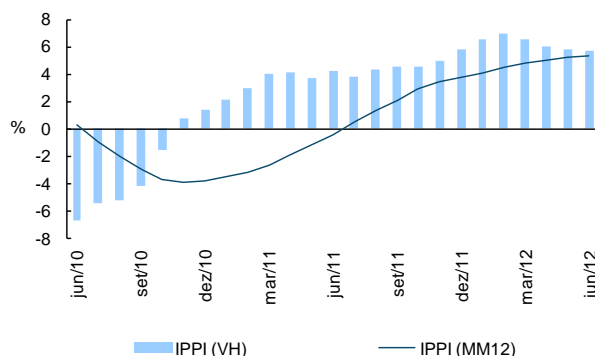
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC
(VH, %)



Fontes: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em junho uma variação homóloga de 2,7% (-0,5 p.p. que o mês anterior). No 2.º trimestre de 2012, a taxa de variação homóloga do IPPI situou-se em 3,1% (4,2% no trimestre anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: Eurostat.

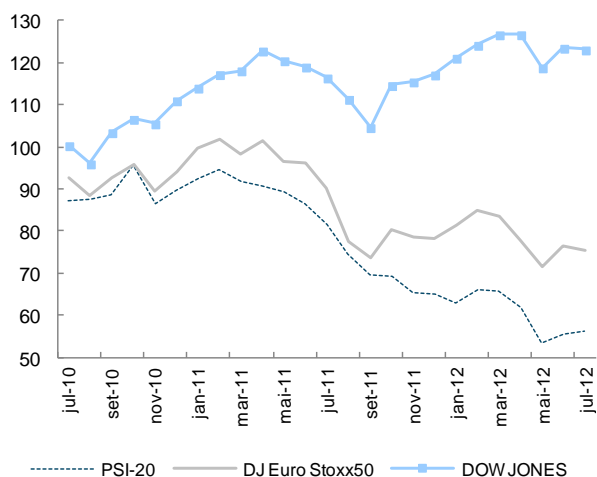
A evolução observada em junho deveu-se fundamentalmente aos agrupamentos industriais dos bens de consumo não duradouros e a energia, com crescimentos de 1,3% e 7,2% respetivamente. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 6,0%; e de 10,9% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Após uma evolução favorável dos índices bolsistas internacionais no final do mês de junho, associada, em parte, à aprovação no último Conselho Europeu de iniciativas visando o reforço da estabilidade financeira da área do euro, estes têm-se mantido relativamente estáveis em julho.

Assim, em julho de 2012 e, em média até ao dia 20, o índice *Euro Stoxx50* manteve-se estável e o *Dow Jones* diminuiu 0,7%, respetivamente, face ao final do mês de junho.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

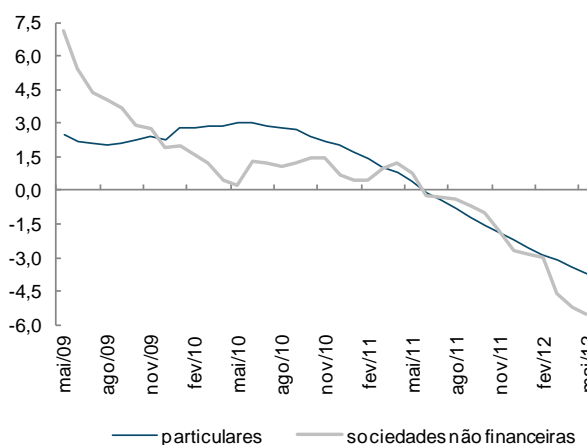


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para julho, o valor é do dia 20.

Pelo contrário, o índice PSI-20 continuou a apresentar, em julho, uma evolução favorável. De facto, em média e, até ao dia 20, o índice PSI-20 subiu 2,7% face ao final do mês de junho.

Em maio de 2012, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -4,5% (-4,2% em abril), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias, tendo, continuado a ser mais acentuada para o primeiro caso.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(VA, em %)

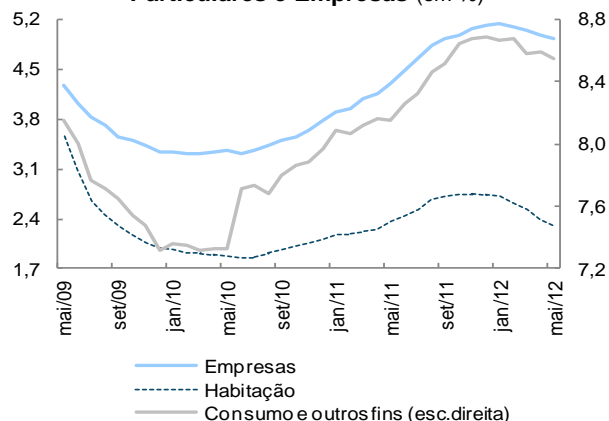


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, tendo, no entanto, esta tendência sido mais pronunciada para o crédito ao consumo, o qual apresentou uma variação negativa de 8,6% em maio (-8,2% em abril).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 2,30% em maio (2,39% em abril de 2012).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

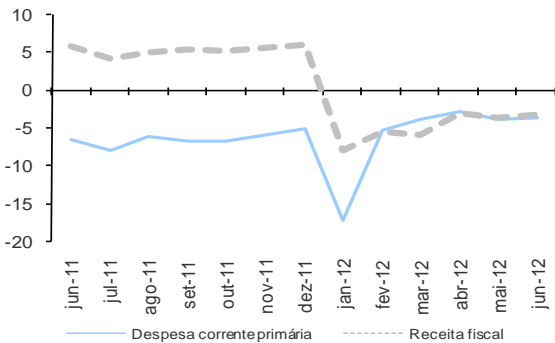
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	11,5	13,5	12,9	14,3	13,3	11,3	10,4	11,7	10,0
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	952	1120	1111	1251	1154	955	874	1033	842
PSI20*	VC	CMVM	-27,6	-0,4	-5,7	-0,8	-3,1	4,8	-0,5	-5,7	-13,8	4,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-1,0	-1,3	-1,6	-1,9	-2,2	-2,4	-2,7	-3,0	:
- para consumo	va**	"	-5,8	-4,5	-5,7	-5,8	-7,0	-7,4	-7,4	-8,2	-8,6	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-1,0	-1,8	-2,7	-2,9	-3,0	-4,6	-5,2	-5,6	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,73	2,74	2,74	2,73	2,71	2,63	2,53	2,39	2,30	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	5,12	4,97	5,06	5,12	5,14	5,08	5,04	4,97	4,92	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

No primeiro semestre do ano, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 3221,8 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2827,5 milhões de euros face ao período homólogo. O saldo primário foi de 377,0 milhões de euros, que compara com um défice de 3047,7 milhões de euros registado no ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



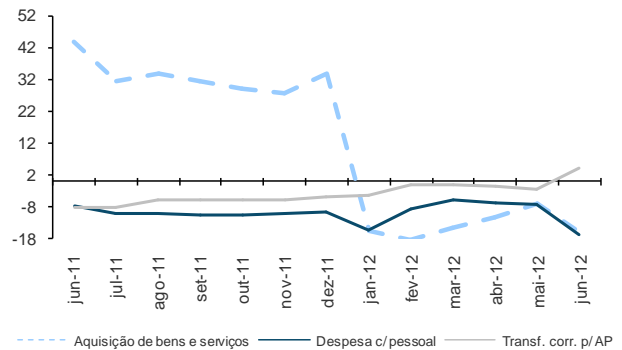
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 3,1%, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do IRC (-16,3%), do imposto sobre veículos (-46,0%), do IVA (-1,8%), do imposto sobre produtos petrolíferos (-7,7%), do imposto sobre o tabaco (-14,1%) e do imposto de selo (-7,2%). O IRS registou um aumento de 11,5% em resultado das liquidações referentes a 2011. A receita não fiscal registou um crescimento de 139,0%, refletindo a transferência da segunda parcela referente à titularidade dos ativos dos fundos de pensões dos bancários, no montante de 2687,1 milhões de euros, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas e as receitas por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos dividendos e participação nos lucros justificado principalmente pela redução dos dividendos pagos pelo Banco de Portugal; e
- um decréscimo da despesa total em 2,2% e da despesa primária em 5,4%. Este comportamento reflete principalmente o impacto na despesa com pessoal da suspensão de pagamento do subsídio de férias, nas transferências de capital do efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias, que mais que compensa a transferência para a RTP para a amortização de passivos financeiros, e nas transferências correntes da diminuição das transferências

as para o Serviço Nacional de Saúde, para as instituições de ensino superior e de ação social do ensino superior e para a Administração Local. Com efeito no aumento da despesa é de referir, fundamentalmente, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida e o aumento das transferências correntes com o objetivo de regularizar dívidas de anos anteriores do SNS, de suportar os encargos com pensões do regime substitutivo dos bancários pagos pela Segurança Social e o aumento da contribuição financeira para a União Europeia, em resultado da revisão do valor a pagar no âmbito dos recursos próprios.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de junho, a dívida direta do Estado situava-se em 158,8 mil milhões de euros, diminuindo 7303,4 milhões de euros face ao mês anterior. Esta evolução ficou a dever-se, principalmente, à amortização da OT5%Jun12, no valor nominal de 8460,3 milhões de euros, à diminuição do saldo de instrumentos de curto prazo, em 951,7 milhões de euros, à amortização antecipada do FRN USD Ago12, no valor nominal de 35 milhões de euros e à amortização líquida dos certificados de aforro, em 153,6 milhões de euros. A diminuição do saldo foi parcialmente compensada pela emissão de BT, em 1786,7 milhões de euros, e pelo aumento do stock de CEDIC, em 725,8 milhões de euros. As variações cambiais no mês contribuíram para uma diminuição do saldo da dívida em 224,8 milhões de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida (milhões de euros)

	31-mai-12	jun-12			30-jun-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	120 606	1 788	8 557	- 29	113 809
Bilhetes do Tesouro	13 859	1 787	0	0	15 646
Obrigações do Tesouro	102 238	0	8 460	0	93 777
Não Transacionável	18 169	3 431	3 741	0	17 859
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 666	32	177	0	11 521
CEDIC e CEDIM	4 526	3 375	2 649	0	5 252
Prog. de Ajustamento Económico	55 587	0	0	- 196	55 391
Total	194 362	5 219	12 297	- 225	187 059

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011		2012		2012			
	jan a jun		jan a jun		VHA (%)			
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		mar	abr	mai	jun
Receita Total	17548	19865	44,0	47,2	-4,4	-2,2	-2,3	13,2
Receita corrente	17307	16925	44,7	43,9	-4,5	-2,3	-2,4	-2,2
Impostos diretos	5799	5822	39,7	40,3	-5,4	3,3	0,3	0,4
Impostos indiretos	9732	9224	49,2	44,6	-6,1	-6,7	-5,9	-5,2
Despesa Total	23597	23087	47,0	47,6	3,5	2,6	2,0	-2,2
Despesa corrente primária	18902	18239	46,9	47,6	-3,8	-2,8	-3,7	-3,5
Despesa corrente	21904	21837	46,9	47,9	0,8	1,0	0,8	-0,3
Despesa com pessoal	5090	4228	48,8	48,0	-5,9	-7,1	-7,2	-16,9
Aquisição bens e serviços	719	604	34,5	31,9	-14,6	-11,6	-7,1	-16,0
Subsídios	116	33	18,7	10,7	-99,1	-77,6	-73,3	-71,8
Juros	3002	3599	47,1	49,1	221,5	57,9	80,1	19,9
Transferências corr. p/ AP	11219	11692	47,6	48,6	-1,2	-1,7	-2,5	4,2
Saldo Global	-6049	-3222	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-3048	377	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as Empresas Públicas Reclassificadas

No primeiro semestre, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas) foi de 1710,7 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 602,4 milhões de euros face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 0,5%, explicado principalmente pelo acréscimo das transferências do OE para o SNS, pela receita dos direitos de utilização de frequência da 4.ª geração móvel e pelas transferências de capital da UE.. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição das outras transferências de capital justificada pelo efeito base, em 2011, relativo à incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA e das transferências para outras entidades das administrações públicas; e
- um decréscimo da despesa em 5,1%, explicada pelas despesas com pessoal devido à suspensão do pagamento do subsídio de férias, pelas outras transferências de capital justificadas pelo impacto em 2011 da cessação de créditos realizada pela CGA e pela diminuição de encargos com organizações internacionais da Fundação da Ciência e Tecnologia, I.P. efeito e pela aquisição de bens e serviços em consequência da diminuição dos valores pagos, pelo SNS, no âmbito dos contratos-programa com os hospitais EPE e da despesa em meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica. Em sentido contrário, verificou-se o aumento das outras transferências correntes justificado pela variação das pensões.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até junho, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 472,5 milhões de euros, agravando-se 12,0 milhões de euros face ao mês anterior. Este comportamento é explicado por uma variação em cadeia da receita superior ao da despesa. O crescimento da receita deve-se, fundamentalmente, à receita proveniente da UE. para cobrir despesa realizada pela Parque Escolar, E.P.E. em 2011 e à receita com a cobrança de portagens e do imposto sobre produtos petrolíferos consignado à Estradas de Portugal, S.A..

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até junho, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um saldo de 513,7 milhões de euros, que compara com o défice de 112,5 milhões de euros registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 7,2%, justificado pelo recebimento da primeira tranche destinada à regularização de dívidas de anos anteriores, contemplada no Orçamento Retificativo. Se excluirmos este valor, a receita diminuiu 10,7%, devido à redução das transferências do OE; e
- uma diminuição da despesa em 7,5%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, compensadas parcialmente pelo crescimento dos outros subcontratos), das despesas com pessoal, em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias, e das outras despesas.

Quadro 2.10. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011		2012	
	jan a jun		jan a jun	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	4 186	4 489	-6,6	7,2
Transferências do Orçamento do Estado	4049	4322	-6,9	6,8
Prestação de serviços	46	65	9,6	41,0
Outras receitas	92	102	-1,2	11,5
Despesa Total	4 299	3 976	-5,3	-7,5
Despesa com pessoal	489	412	-7,2	-15,8
Subcontratos	3 568	3 351	-5,7	-6,1
Outras despesas	242	213	4,5	-12,1
Saldo Global	- 113	514	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)						Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011		2012		2012		2012	
	jan a jun		jan a jun		mai	jun	jan a jun	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)
Receita Total	11584	11648	44,0	47,0	-2,7	0,5	1434	40,8
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1741	1664	42,0	48,	-0,9	-4,4	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	7 277	7 631	45,3	47,8	-5,5	4,9	149	35,8
Despesa Total	10 476	9 937	40,1	41,8	-4,0	-5,1	1906	40,4
Despesa com pessoal	1388	1 162	44,3	44,7	-7,2	-16,3	332	48,4
Aquisição de bens e serviços	3 859	3 726	42,9	39,7	-9,2	-3,5	301	37,9
Transferências correntes	4 430	4 478	39,7	46,7	2,7	1,1	12	50,5
Saldo Global	1 108	1711	-	-	-	-	- 472	-

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

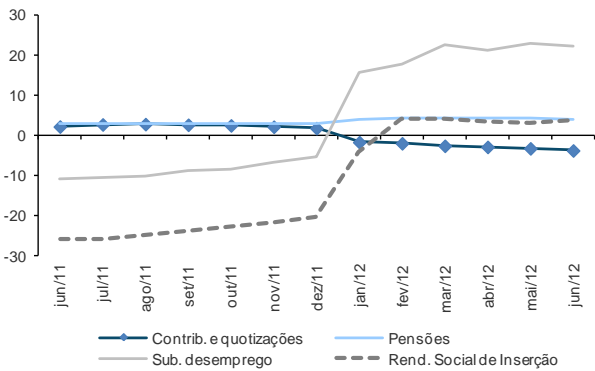
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até junho, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 273,8 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 807,4 milhões de euros face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

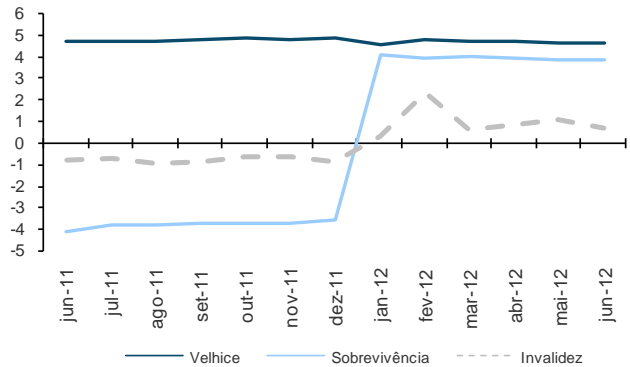
- uma diminuição da receita em 1,8% em resultado da queda das contribuições e quotizações (3,7%), das transferências do OE no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social (3,9%) e das transferências do FSE (15,3%). Esta evolução foi compensada parcialmente pela transferência da administração central para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários; e
- um aumento da despesa em 5,6%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (22,4%) e das pensões de velhice (4,7%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-11,3%), das outras despesas correntes, das despesas de administração e das despesas com subsídio por doença (-7,4%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 24,3% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 2,4% nas pensões de velhice da Segurança Social, enquanto os beneficiários do subsídio de doença diminuíram 9,9%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



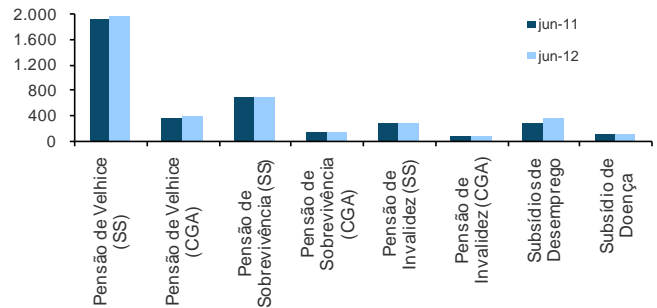
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em junho, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 191,7 milhões de euros, menos 262,2 milhões de euros que no período homólogo. A receita total diminuiu 6,8%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT, e, em menor grau, da receita proveniente das contribuições para a CGA. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE e das outras receitas correntes. A despesa total diminuiu 0,9%, justificada pelo registo em 2011 nas transferências de capital para entidades fora das administrações públicas de verbas relacionadas com a operação de cessão de créditos da CGA. Excluindo este efeito, o aumento da despesa em 2,9% resultou do acréscimo da despesa com pensões

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,8% nas pensões de velhice e de 1,6% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2011		2012		2011		2012			
	jan a jun		jan a jun		jan a jun		jan a jun			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	11643	11430	-1,8	49,5	47,3	4359	4063	-6,8	46,3	48,4
Contribuições e quotizações	6628	6385	-3,7	48,2	47,0	1740	1662	-4,5	42,0	48,0
Transferências correntes da Adm. Central	3439	3570	3,8	49,4	49,9	1980	2209	11,5	44,5	52,4
Despesa Total	10562	11156	5,6	45,7	46,3	3905	3872	-0,9	44,0	48,3
Pensões	6137	6393	4,2	42,6	44,3	3743	3855	3,0	43,2	48,4
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	260	-	-	49,7	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1039	1272	22,4	49,4	58,1	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	2126	2107	-0,9	50,6	48,3	-	-	-	-	-
Saldo Global	1081	274	-	-	-	454	192	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Administrações Públicas

Até junho, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), e considerando o universo real de 247 municípios na Administração Local, foi de 1543,0 milhões de euros. Excluindo as EPR, o défice foi de 1070,5 milhões de euros, correspondendo a uma melhoria de 2612,1 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado e, em menor grau, o aumento do excedente dos FSA e da administração local, e foi compensado parcialmente pela diminuição do excedente da Segurança Social e pelo aumento do défice da administração regional.

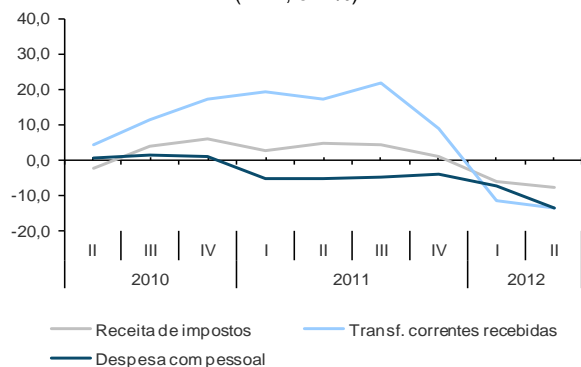
Administração Regional

Até junho, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 88,1 milhões de euros, agravando-se 48,2 milhões de euros em termos homólogos. Este comportamento é explicado pelo agravamento do défice da região autónoma da Madeira (RAM) em 55,8 milhões de euros, uma vez que a região autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu saldo em 7,5 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 4,5%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (com um efeito mais acentuado na RAA). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital das administrações públicas e do resto do mundo; e
- um crescimento da despesa total em 0,7%, refletindo, o contributos opostos das duas regiões: na RAM a despesa aumentou 7,2%, enquanto na RAA diminuiu 6,9%. Este comportamento é explicado, essencialmente, pelo aumento das outras transferências correntes, da aquisição de bens e serviços na RAM e dos juros e outros encargos. O comportamento da despesa de capital, da despesa com pessoal e dos subsídios compensaram parcialmente a evolução das outras rubricas da despesa.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*			
	2011		2012	2011		2012	
	jan a jun			jan a jun		jan a jun	
	10 ⁶ euros		VH (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	938	896	-4,5	2 848	2 744	-16,4	-3,6
Impostos	505	467	-7,6	934	911	-16,5	-2,5
Transferências correntes	297	256	-13,6	833	809	-25,0	-2,9
Despesa total	978	984	0,6	2 668	2 500	-17,9	-6,3
Pessoal	380	328	-13,7	948	851	-19,2	-10,3
Aquisição de bens e serviços	146	199	35,9	664	681	-14,3	2,6
Transferências correntes	237	292	22,9	188	163	-18,5	-13,2
Investimento	82	36	-56,6	596	558	-19,4	-6,5
Saldo global	- 40	- 88	-	180	244	-	-

Nota: * Os valores da AL para 2012 referem-se ao Universo Comparável. Fonte: DGO.

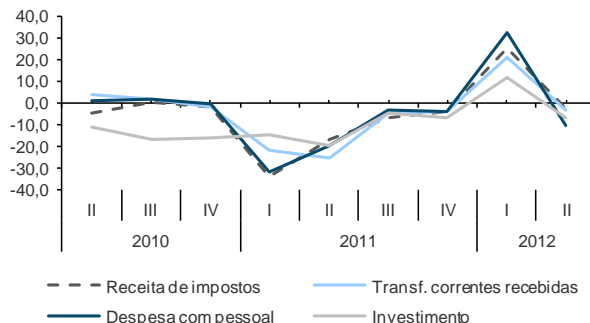
Administração Local*

No primeiro semestre de 2012, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 247 municípios, o saldo provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 243,9 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 64,3 milhões de euros relativamente ao mês anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face a 2011, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita total em 3,6%, tendo contribuído para esta evolução, principalmente, o comportamento do imposto municipal sobre imóveis e das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais; e
- uma diminuição da despesa total em 3,6%, refletindo, fundamentalmente, a variação das despesas com pessoal, das transferências correntes e de capital e da aquisição de bens de capital.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



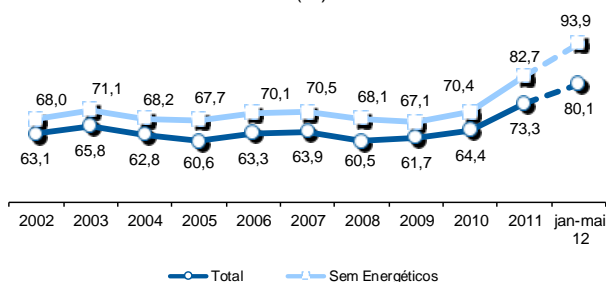
Fonte: DGO.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros cinco meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9% enquanto as importações decresceram 5,6% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 38,7%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram 6,7% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 10,6% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	17 355	18 919	9,0	6,5	11,3
Importações (cif)	25 012	23 610	-5,6	-9,5	-5,5
Saldo (fob-cif)	-7 657	-4 691	-38,7	-44,5	-38,4
Cobertura (fob/cif)	69,4	80,1	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	72,8	84,1	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	16 238	17 325	6,7	5,5	9,2
Importações (cif)	20 638	18 449	-10,6	-13,1	-9,9
Saldo (fob-cif)	-4 400	-1 123	-74,5	-78,7	-62,9
Cobertura (fob/cif)	78,7	93,9	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	82,6	98,6	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	4 172	5 337	27,9	23,6	24,2
Importações (cif)	6 651	6 757	1,6	-8,1	4,6
Saldo (fob-cif)	-2 479	-1 421	-42,7	-56,0	-32,1
Cobertura (fob/cif)	62,7	79,0	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	65,8	82,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº7/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2012, as exportações representaram 80,1% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 10,7 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 93,9% das importações (+15,2 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de maio

janeiro a maio	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	17 355	18 919	9,0
Importações (cif)	25 012	23 610	-5,6
Saldo (fob-cif)	-7 657	-4 691	-38,7
Cobertura (fob/cif)	69,4	80,1	-
Intra UE			
Exportações (fob)	13 183	13 583	3,0
Importações (cif)	18 361	16 853	-8,2
Saldo (fob-cif)	-5 178	-3 270	-36,8
Cobertura (fob/cif)	71,8	80,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	4 172	5 337	27,9
Importações (cif)	6 651	6 757	1,6
Saldo (fob-cif)	-2 479	-1 421	-42,7
Cobertura (fob/cif)	62,7	79,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 36,8% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 3,0% e as importações a decrescer 8,2%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 42,7% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 453	4 600	3,3	3 121	3 520	12,8
fev	4 636	4 607	-0,6	3 314	3 771	13,8
mar	5 475	5 021	-8,3	3 779	4 074	7,8
abr	5 010	4 393	-12,3	3 441	3 542	2,9
mai	5 438	4 990	-8,2	3 701	4 012	8,4
jun	4 607			3 588		
jul	4 906			3 777		
ago	4 234			2 924		
set	5 100			3 792		
out	4 720			3 779		
nov	4 744			3 857		
dez	4 406			3 253		
1º Trim	14 565	14 227	-2,3	10 213	11 365	11,3
2º Trim	15 055			10 730		
3º Trim	14 241			10 493		
4º Trim	13 869			10 889		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros cinco meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação positiva foi de 6,7%.

Entre janeiro e maio de 2012, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,7 p.p.) e das “Máquinas” (+1,9 p.p.) para o crescimento homólogo das exportações. As “Máquinas” e o “Material de Transporte” continuam a ser os grupos de produtos que maior peso têm nas exportações de mercadorias (15% e 13,1%, respetivamente).

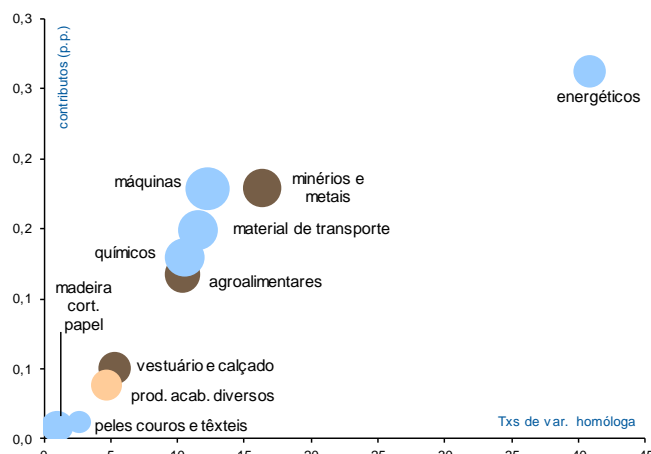
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em maio de 2012.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+11,3%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,6 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas” e dos “Minérios e Metais” (ambos com contributos de +1,8 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Material de Transporte”, “Químicos” e “Agroalimentares” para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,5 p.p., 1,3 p.p. e 1,2 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2012
(Total: 11,3%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		últimos 12 meses ^[1]		jan-mai	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	17 355	18 919	100,0	100,0	100,0	100,0	11,3	11,3	9,0	9,0
000 Agro-Alimentares	1823	1978	8,8	11,3	10,5	10,5	10,3	12	8,5	0,9
100 Energéticos	1117	1594	5,3	7,3	6,4	8,4	40,8	2,6	42,7	2,7
200 Químicos	2 251	2 359	10,3	12,5	13,0	12,5	10,5	1,3	4,8	0,6
300 Madeira, Cortiça e Papel	1538	1530	8,7	8,5	8,9	8,1	1,0	0,1	-0,5	0,0
400 Peles, Couros e Têxteis	798	785	4,9	4,3	4,6	4,2	2,7	0,1	-1,6	-0,1
500 Vestuário e Calçado	1601	1630	11,1	9,4	9,2	8,6	5,3	0,5	1,8	0,2
600 Minérios e Metais	1987	2 279	10,5	11,2	11,5	12,0	16,3	1,8	14,6	1,7
700 Máquinas	2 513	2 835	19,7	14,5	14,5	15,0	12,2	1,8	12,8	1,9
800 Material de Transporte	2 348	2 481	13,3	13,1	13,5	13,1	11,5	1,5	5,7	0,8
900 Produtos Acabados Diversos	1378	1448	7,4	7,8	7,9	7,7	4,6	0,4	5,0	0,4

Por memória:

Total sem energéticos	16 238	17 325	94,7	92,7	93,6	91,6	9,2	8,6	6,7	6,3
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2012.

[2] $(\text{jun } 11\text{-mai } 12) / (\text{jun } 10\text{-mai } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

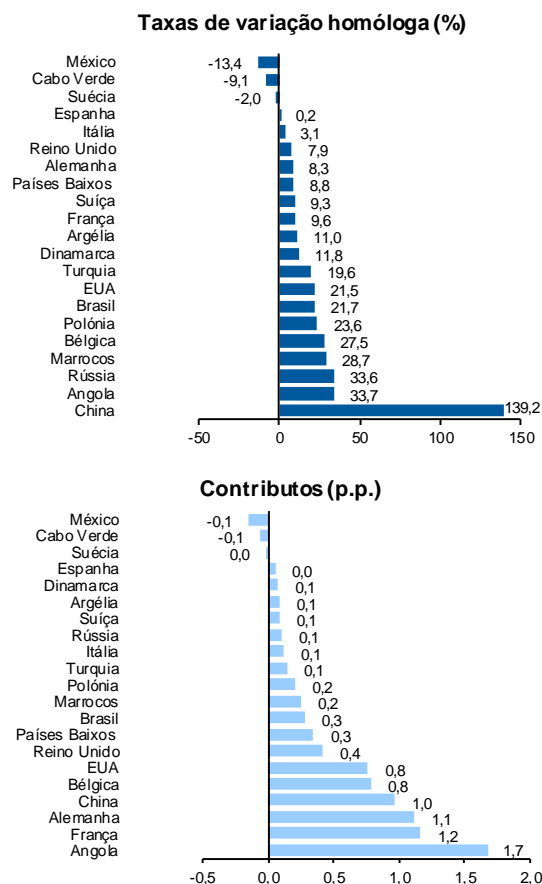
Nos primeiros cinco meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 2,4%, enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 17,9%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 27,9% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+6,7 p.p.).

As exportações de mercadorias para a França (+0,6 p.p.) para o Reino Unido (+0,5 p.p.) e para a Bélgica (-0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações para a UE. As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 4,8% e 10,5%, respetivamente.

No último ano a terminar em maio de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 7%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 6,6%. As exportações com destino à França (+1,2 p.p.) e à Alemanha (1,1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para China (+139,2%), Angola (+33,7%) e Rússia (+33,6%). Embora com um contributo reduzido, refira-se o decréscimo das exportações para México, Cabo Verde e Suécia (-13,4%, -9,1% e -2%, respetivamente). (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos Últimos 12 meses a terminar em maio de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		anual		jan-mai		12 meses [1]		jan-mai	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	17 355	18 919	100,0	100,0	100,0	100,0	11,3	11,3	9,0	9,0
Intra UE-27	13 183	13 583	78,1	74,1	76,0	71,8	7,0	5,3	3,0	2,3
dos quais:										
UE-15	12 664	12 971	76,0	71,0	73,0	68,6	6,6	4,8	2,4	1,8
Espanha	4 501	4 261	28,4	24,9	25,9	22,5	0,2	0,0	-5,3	-1,4
Alemanha	2 413	2 461	13,0	13,5	13,9	13,0	8,3	1,1	2,0	0,3
França	2 197	2 303	12,5	12,1	12,7	12,2	9,6	1,2	4,8	0,6
R.Unido	870	961	6,9	5,1	5,0	5,1	7,9	0,4	10,5	0,5
P.Baixos	702	723	3,7	3,9	4,0	3,8	8,8	0,3	3,0	0,1
Itália	687	711	4,1	3,7	4,0	3,8	3,1	0,1	3,5	0,1
Bélgica	507	598	3,1	3,2	2,9	3,2	27,5	0,8	18,0	0,5
Suécia	202	196	1,1	1,0	1,2	1,0	-2,0	0,0	-3,0	0,0
Dinamarca	104	119	0,7	0,6	0,6	0,6	11,8	0,1	14,1	0,1
Alargamento	519	612	2,1	3,1	3,0	3,2	16,3	0,5	17,9	0,5
Polónia	152	171	0,7	1,0	0,9	0,9	23,6	0,2	12,4	0,1
Extra UE-27	4 172	5 337	21,9	25,9	24,0	28,2	24,2	6,0	27,9	6,7
dos quais:										
Angola	786	1079	3,4	5,5	4,5	5,7	33,7	1,7	37,3	1,7
EUA	599	797	5,9	3,5	3,5	4,2	21,5	0,8	33,1	1,1
Brasil	215	241	0,7	1,4	1,2	1,3	21,7	0,3	12,0	0,1
México	173	89	0,4	1,1	1,0	0,5	-13,4	-0,1	-48,8	-0,5
China	129	384	0,6	0,9	0,7	2,0	139,2	1,0	196,7	1,5
Marrocos	150	200	0,5	0,9	0,9	1,1	28,7	0,2	33,5	0,3
Suíça	156	172	0,8	0,9	0,9	0,9	9,3	0,1	9,9	0,1
Argélia	173	147	0,2	0,8	1,0	0,8	11,0	0,1	-14,7	-0,1
Turquia	130	167	0,7	0,7	0,7	0,9	19,6	0,1	28,8	0,2
Cabo Verde	111	94	0,5	0,6	0,6	0,5	-9,1	-0,1	-14,8	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	75	129	0,1	0,6	0,4	0,7	71,6	0,3	71,3	0,3
PALOP	1010	1343	4,3	6,9	5,8	7,1	30,3	1,9	32,9	1,9
EFTA	195	222	1,1	1,1	1,1	1,2	12,0	0,1	13,9	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2012.

[2] $(\text{jun } 11\text{-mai } 12) / (\text{jun } 10\text{-mai } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Importações de Mercadorias

Entre janeiro e maio de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5,6% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-3,8 p.p.), “Máquinas” (-1,2 p.p.) e “Minérios e Metais” (-1,1 p.p.) para a redução das importações nos primeiros cinco meses do ano.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 3,1 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal *mercado de origem* das importações portuguesas (71,4%).

Nos primeiros cinco meses de 2012, as *importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário* decresceram, em termos homólogos, 8,2%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 8,4%. As importações provenientes dos países do Alargamento também decresceram (-3,9%). Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

Em sentido oposto, as *importações de mercadorias provenientes de países terceiros* cresceram 1,6%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,2% do total). Seguem-se o Brasil (2,5%) e a China (2,4%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	25 012	23 610	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,5	-5,5	-5,6	-5,6
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	3 624	3 426	11,9	13,8	14,5	14,5	0,9	0,1	-5,5	-0,8
100-Energéticos	4 375	5 161	14,1	14,6	17,5	21,9	17,4	2,8	18,0	3,1
200-Químicos	3 964	3 911	13,3	15,2	15,8	16,6	0,3	0,0	-1,3	-0,2
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 153	979	4,7	4,6	4,6	4,1	-8,4	-0,4	-15,1	-0,7
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 662	1 533	6,8	6,8	6,6	6,5	-6,2	-0,4	-7,8	-0,5
500-Minérios e Metais	2 267	2 003	9,2	8,5	9,1	8,5	-7,2	-0,6	-11,7	-1,1
600-Máquinas [4]	3 695	3 405	20,5	16,4	14,8	14,4	-10,5	-1,7	-7,8	-1,2
700-Material de Transporte [5]	2 986	2 032	13,5	14,1	11,9	8,6	-35,5	-4,8	-31,9	-3,8
800-Prod. Acabados Diversos	1 287	1 160	6,0	5,9	5,1	4,9	-11,1	-0,6	-9,9	-0,5
Total sem energéticos	20 638	18 449	85,9	85,4	82,5	78,1	-9,9	-8,3	-10,6	-8,8
Mercados de origem										
Intra UE-27	18 361	16 853	77,0	73,0	73,4	71,4	-8,9	-6,7	-8,2	-6,0
dos quais:										
UE-15	17 733	16 250	75,3	70,6	70,9	68,8	-9,1	-6,6	-8,4	-5,9
Espanha	7 764	7 478	30,9	31,6	31,0	31,7	-3,4	-1,1	-3,7	-1,1
Alemanha	3 219	2 760	14,3	12,3	12,9	11,7	-20,8	-2,9	-14,3	-1,8
França	1 751	1 538	8,5	6,9	7,0	6,5	-9,3	-0,6	-12,2	-0,9
Itália	1 359	1 222	5,9	5,4	5,4	5,2	-8,0	-0,4	-10,1	-0,5
Países Baixos	1 221	1 101	4,8	4,8	4,9	4,7	-9,9	-0,5	-9,9	-0,5
Reino Unido	809	741	4,1	3,3	3,2	3,1	-10,7	-0,4	-8,4	-0,3
Bélgica	687	580	2,8	2,6	2,7	2,5	-15,4	-0,4	-15,5	-0,4
Suécia	287	256	0,9	1,0	1,1	1,1	-6,8	-0,1	-10,8	-0,1
Irlanda	231	208	0,9	1,0	0,9	0,9	-1,3	0,0	-10,1	-0,1
Alargamento	628	603	1,7	2,4	2,5	2,6	-3,9	-0,1	-3,9	-0,1
Extra UE-27	6 651	6 757	23,0	27,0	26,6	28,6	4,6	1,2	1,6	0,4
dos quais:										
Nigéria	754	330	14	2,6	3,0	14	-27,7	-0,7	-56,3	-1,7
China	589	565	14	2,6	2,4	2,4	-6,7	-0,2	-4,1	-0,1
Brasil	623	602	2,2	2,5	2,5	2,5	15,9	0,3	-3,4	-0,1
Angola	284	760	0,1	2,0	1,1	3,2	161,3	1,7	167,3	1,9
EUA	459	403	14	1,9	1,8	1,7	8,1	0,1	-12,2	-0,2
Arábia Saudita	331	421	1,0	1,6	1,3	1,8	57,0	0,6	27,3	0,4
Cazaquistão	340	380	0,6	1,5	1,4	1,6	17,8	0,2	11,6	0,2
Argélia	438	308	1,6	1,3	1,8	1,3	12,2	0,1	-29,7	-0,5
Rússia	332	226	1,2	1,0	1,3	1,0	-26,4	-0,3	-31,9	-0,4
Índia	247	140	0,4	0,8	1,0	0,6	-25,3	-0,2	-43,4	-0,4
Noruega	284	77	1,2	0,7	1,1	0,3	-60,5	-0,5	-73,0	-0,8
Suíça	152	149	0,6	0,6	0,6	0,6	-3,3	0,0	-2,2	0,0
Japão	149	148	1,0	0,6	0,6	0,6	-8,5	-0,1	-0,9	0,0
OPEP ^[6]	1910	2 052	6,3	8,0	7,6	8,7	14,7	1,0	7,4	0,6
EFTA	446	237	1,9	1,4	1,8	1,0	-35,6	-0,6	-46,9	-0,8
PALOP	294	769	0,2	2,1	1,2	3,3	153,2	1,7	161,6	1,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2012.

[2] (jun 11-mai 12)/(jun 10-mai 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

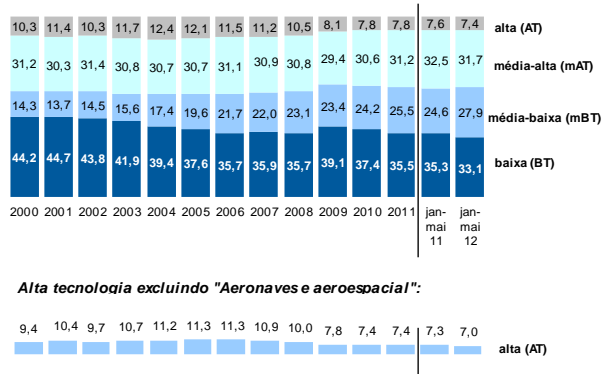
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros cinco meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 9,9%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,6%), sendo os produtos de *média baixa tecnologia* aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (24,7%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



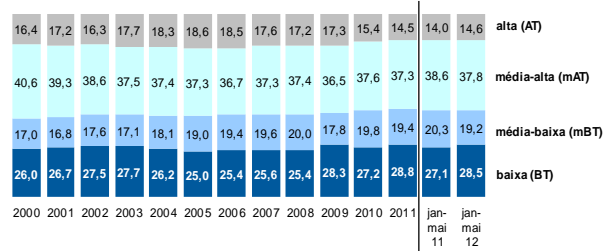
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de *média baixa intensidade tecnológica* foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+6,1 p.p.).

As exportações dos produtos de *média alta intensidade tecnológica* contribuíram com 2,3 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 11,7%, sendo os produtos de *média alta e média baixa tecnologia* os que mais contribuíram para esta redução (-5,2 p.p. e -3,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a maio		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-mai 2012/11	2010	2011	jan-mai		2011	jan-mai 2012
									2011	2012		
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	39 888 142	16 300 783	17 907 675	3,4	15,6	9,9	100,0	100,0	100,0	100,0	15,6	9,9
Alta tecnologia	3 103 147	1 239 559	1 318 195	-4,4	15,5	6,3	7,8	7,8	7,6	7,4	1,2	0,5
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 924 348	1 189 183	1 252 342	-5,2	15,2	5,3	7,4	7,4	7,3	7,0	1,1	0,4
Média-alta tecnologia	12 460 564	5 300 761	5 672 808	3,5	18,1	7,0	30,6	31,2	32,5	31,7	5,5	2,3
Média-baixa tecnologia	10 176 413	4 007 898	4 997 508	6,8	21,9	24,7	24,2	25,5	24,6	27,9	5,3	6,1
Baixa tecnologia	14 148 018	5 752 565	5 919 164	3,2	9,5	2,9	37,4	35,5	35,3	33,1	3,6	1,0
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	42 325 641	17 354 987	18 919 074	3,5	15,1	9,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	9,0
Residual ^[3]	2 437 499	1 054 205	1 011 399	5,6	7,6	-4,1	6,2	5,8	6,1	5,3	0,5	-0,2
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	45 990 799	20 188 957	17 822 983	-0,4	-2,4	-11,7	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,4	-11,7
Alta tecnologia	6 669 401	2 827 342	2 600 077	-5,1	-7,8	-8,0	15,4	14,5	14,0	14,6	-1,2	-1,1
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 437 600	2 721 798	2 533 534	-4,4	-6,5	-6,9	14,7	14,1	13,6	14,3	-1,0	-0,9
Média-alta tecnologia	17 144 597	7 788 852	6 735 523	-0,1	-3,2	-13,5	37,6	37,3	38,6	37,8	-1,2	-5,2
Média-baixa tecnologia	8 937 978	4 099 818	3 416 602	-0,4	-4,3	-16,7	19,8	19,4	20,3	19,2	-0,8	-3,4
Baixa tecnologia	13 238 822	5 472 945	5 070 781	2,1	3,3	-7,3	27,2	28,8	27,1	28,5	0,9	-2,0
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	57 729 732	25 012 427	23 610 139	0,5	1,2	-5,6	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	-5,6
Residual ^[3]	11 738 933	4 823 471	5 787 156	4,7	17,9	20,0	17,4	20,3	19,3	24,5	3,1	3,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

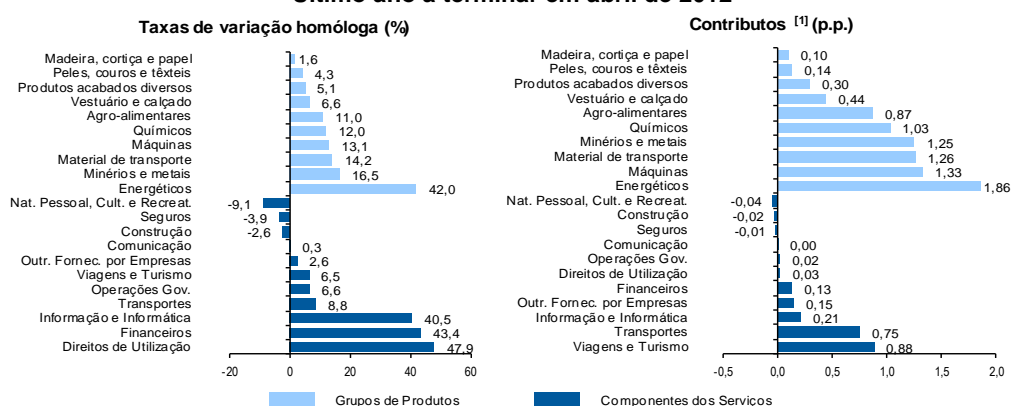
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de abril de 2012, no primeiro quadrimestre de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 7,1% relativamente ao mesmo período de 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (6,6 p.p.).

Nos primeiros quatro meses de 2012, a componente dos Serviços representou 26,7% do total das “Exportações” e contribuiu com 0,5 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-5,6%) foi de -0,8 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em abril de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou - se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,9 p.p.) e do “Máquinas” (+1,3 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,9 p.p.) e de Transportes (+ 0,8 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em abril de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (10,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a abril		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro a abril		média anual 05-10	12 meses [1]		janeiro a abril	
	2011	2012	2005	2010	2011	2012		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	19 049	20 394	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	10,7	10,7	7,1	7,1
Bens	13 707	14 957	71,0	69,0	72,0	73,3	3,5	12,5	8,6	9,1	6,6
Serviços	5 342	5 437	29,0	31,0	28,0	26,7	5,5	6,7	2,1	1,8	0,5
Transportes	1594	1714	7,1	8,4	8,4	8,4	7,5	8,8	0,8	7,5	0,6
Viagens e Turismo	1920	2 033	13,2	13,2	10,1	10,0	4,1	6,5	0,9	5,9	0,6
Comunicação	154	160	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	0,3	0,0	3,5	0,0
Construção	183	145	0,8	0,9	1,0	0,7	5,9	-2,6	0,0	-20,5	-0,2
Seguros	43	38	0,2	0,2	0,2	0,2	3,0	-3,9	0,0	-11,6	0,0
Financieiros	62	90	0,4	0,4	0,3	0,4	3,6	43,4	0,1	46,5	0,2
Informação e Informática	113	157	0,3	0,6	0,6	0,8	17,3	40,5	0,2	38,5	0,2
Direitos de Utilização	11	15	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	47,9	0,0	33,1	0,0
Outr. Fomec. por Empresas	110	97	5,2	5,8	5,8	4,5	6,5	2,6	0,2	-17,4	-1,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	83	86	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	-9,1	0,0	3,1	0,0
Operações Governamentais	68	81	0,3	0,3	0,4	0,4	5,7	6,6	0,0	19,2	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	22 453	21 202	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	-2,8	-2,8	-5,6	-5,6
Bens	18 875	17 809	84,9	83,0	84,1	84,0	0,6	-3,9	-3,2	-5,6	-4,7
Serviços	3 579	3 393	15,1	17,0	15,9	16,0	3,4	2,7	0,4	-5,2	-0,8
Transportes	1060	1042	4,7	5,0	4,7	4,9	2,1	1,5	0,1	-1,7	-0,1
Viagens e Turismo	966	949	4,2	4,4	4,3	4,5	2,3	-0,7	0,0	-1,7	-0,1
Comunicação	148	149	0,6	0,6	0,7	0,7	1,1	-3,5	0,0	0,7	0,0
Construção	37	34	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	15,0	0,0	-5,7	0,0
Seguros	77	78	0,3	0,3	0,3	0,4	3,5	-0,3	0,0	0,7	0,0
Financieiros	97	119	0,3	0,8	0,4	0,6	20,5	108,0	0,4	22,3	0,1
Informação e Informática	124	128	0,4	0,7	0,6	0,6	11,0	15,4	0,1	2,9	0,0
Direitos de Utilização	120	122	0,5	0,6	0,5	0,6	4,5	1,7	0,0	2,1	0,0
Outr. Fomec. por Empresas	767	580	3,6	3,6	3,4	2,7	4,9	-2,9	-0,1	-24,4	-0,8
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	153	164	0,6	0,7	0,7	0,8	4,9	0,4	0,0	7,4	0,1
Operações Governamentais	31	28	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-19,5	0,0	-9,7	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até abril de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN 10 de julho de 2012</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 10 de julho de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Seguimento do Conselho Europeu de junho: O Conselho avaliou os trabalhos a realizar no âmbito do seguimento a dar às decisões do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho, nomeadamente no se refere aos trabalhos a desenvolver no sentido do estabelecimento de uma genuína União Económica e Monetária e ao processo a seguir para a implementação uma entidade única de supervisão bancária europeia. <p>Recorde-se que o Conselho Europeu aprovou um conjunto de iniciativas para fomentar o crescimento e o emprego na Europa e mandou os Presidentes (do Conselho Europeu em colaboração estreita com o Presidente da Comissão, o Presidente do Eurogrupo e o Presidente do BCE) para preparar um novo relatório que contenha propostas concretas para alcançar uma genuína União e um <i>road map</i> para a sua implementação. Os Chefes de Estado ou de Governo do euro solicitaram à Comissão a apresentação de uma proposta para um supervisor único com base no artigo 127(6) do TFUE, tendo acrescentado que, a partir da data de estabelecimento do referido supervisor, o Mecanismo Europeu de Estabilidade poderá recapitalizar diretamente instituições financeiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Governança económica – Segundo Pacote: A Presidência informou o Conselho relativamente aos progressos na negociação com o Parlamento Europeu para obtenção de acordo relativo às duas propostas de regulamento sobre o reforço da governança económica: (i) Proposta de regulamento para reforço da supervisão da área do euro, em especial para estados membros em procedimento por défice excessivo e (ii) proposta de regulamento relativo à supervisão reforçada para os países da área do euro que estão sujeitos à pressão dos mercados financeiros ou que solicitem assistência financeira. <p>O Conselho reafirmou que a orientação geral acordada a 21 de fevereiro irá manter-se como ponto de partida para as negociações.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nomeação para a Comissão Executiva do BCE: O Conselho recomendou a nomeação de Yves Mersch, de nacionalidade luxemburguesa, para a Comissão Executiva do BCE por um mandato de oito anos. ▪ Programa de trabalhos da Presidência Cipriota: A Presidência deu a conhecer o seu programa de trabalhos para o segundo semestre de 2012, na área dos assuntos económicos e financeiros. Este programa centra-se na implementação de iniciativas recentemente adotadas que visam melhorar a governança económica, assegurar a consolidação orçamental, reforçar o quadro de serviços financeiros europeu e acelerar reformas estruturais, tendo em vista aumentar o potencial de crescimento e a coesão social na UE. ▪ Semestre Europeu: Após terem sido aprovadas pelo Conselho Europeu de 28/29 de junho, o Conselho adotou formalmente as recomendações específicas para cada estado-membro relativas aos Programas Nacionais de Reforma e as opiniões sobre os programas de estabilidade ou convergência de cada país, no âmbito do segundo exercício do Semestre Europeu.

Iniciativa	Sumário
	<p>▪ Procedimento de Défices Excessivos – Espanha: No âmbito do procedimento por défices excessivos, o Conselho emitiu uma recomendação revista para a Espanha com medidas a serem tomadas para corrigir essa situação, tendo o prazo para tal sido alargado por um ano atendendo a circunstâncias económicas adversas.</p> <p>O Conselho adotou um regulamento que lança a fase piloto das Obrigações de Projeto da UE (<i>Project Bonds</i>), iniciativa que irá decorrer no período de 2012-2013. Esta iniciativa destina-se a mobilizar até EUR 4,5 mil milhões em financiamento do setor privado para projetos de infraestrutura de larga escala em setores-chave.</p> <p>No seguimento da quarta avaliação a Portugal efetuada pela Comissão Europeia, pelo FMI e pelo Banco Central Europeu, o Conselho aprovou a atualização da Decisão 2011/344/EU que estabelece as condições associadas ao programa de assistência financeira.</p>
<p><i>Atividade de comércio a retalho não sedentária</i></p> <p>Conselho de Ministros de 12 de julho</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária, exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.</p> <p>Deste modo pretende-se reduzir custos de contexto através da simplificação dos procedimentos administrativos, substituindo-se a obrigação de obtenção de vários cartões de vendedor ambulante, bem como de cartões distintos de feirante e de vendedor ambulante, com validade temporalmente limitada, por um título de exercício de atividade sem custos, válido em todo o território nacional.</p>
<p><i>Controlo da emissão de faturas</i></p> <p>Conselho de Ministros de 18 de julho</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, define a forma da sua comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e cria um incentivo de natureza fiscal à exigência daqueles documentos por adquirentes pessoas singulares.</p> <p>Neste sentido, é criada uma dedução em sede de IRS, correspondente a 5% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, incluída em faturas que registam prestações de serviços dos sectores de manutenção e reparação de veículos, alojamento, restauração, cabeleireiros e similares. Deste modo, visa-se reduzir as situações de evasão associadas à omissão da obrigação de emitir documento comprovativo das operações.</p>
<p><i>Controlo da emissão de faturas</i></p> <p>Conselho de Ministros de 18 de julho</p>	<p>O Governo aprovou alterações no Código do IVA, no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e alguma legislação complementar, transpondo uma diretiva comunitária em matéria de localização das prestações de serviços e uma outra relativa a faturação.</p> <p>O Código do IVA foi alterado com o objetivo de combater a informalidade, a evasão e a fraude fiscal. É determinada a obrigatoriedade de emissão de fatura para a generalidade dos sectores de atividade, independentemente do adquirente ser uma empresa ou uma pessoa singular e mesmo quando a fatura não seja solicitada.</p> <p>Este diploma altera a regra aplicável à locação de meios de transporte, que não seja de curta duração, efetuada a consumidores finais, visando assegurar a respetiva tributação no país em que ocorre o consumo desse tipo de serviços, bem</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>como as regras referentes à exigibilidade do imposto nas operações intracomunitárias, visando assegurar a uniformidade das informações intercambiadas entre Estados membros.</p>
<p><i>Regime sancionatório do sector energético</i></p> <p>Conselho de Ministros de 26 de julho</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei relativa ao regime sancionatório do sector energético, transpondo as diretivas comunitárias que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural.</p> <p>Estão sujeitas ao poder sancionatório da ERSE todas as entidades intervenientes no Sistema Elétrico Nacional (SEN) e no Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), que exerçam atividades sujeitas à regulação da ERSE.</p>
<p><i>Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 26 de julho</p>	<p>O Governo aprovou um decreto-lei que procede à segunda alteração aos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, transpondo diretivas comunitárias que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural.</p> <p>Com esta alteração, alarga-se a representatividade dos diversos grupos de interesse no Conselho Consultivo e no Conselho Tarifário, estabelecendo-se regras para garantir o equilíbrio das forças representadas nestes dois órgãos, tais como a limitação do número de representantes por empresas que integram um mesmo grupo económico e empresarial e a equivalência entre representantes do lado da «oferta» e da «procura».</p> <p>Procede-se ainda o reforço da independência dos titulares do órgão de administração e restantes funcionários da ERSE mediante a ampliação do regime atual de impedimentos e incompatibilidades e o estabelecimento de um mecanismo que assegura a não coincidência de mandatos dos diferentes titulares do órgão de administração.</p>
<p><i>Linha “INVESTE QREN”</i></p>	<p>Com o objetivo de contribuir para uma aceleração da execução do QREN, o Governo anunciou a linha “INVESTE QREN”, que chega ao mercado em Agosto.</p> <p>O “INVESTE QREN” constitui um estímulo à execução e conclusão dos projetos de investimento empresarial e, simultaneamente, um instrumento de dinamização da atividade económica, das exportações e do emprego.</p> <p>A criação da linha resulta da reorientação para o apoio ao investimento empresarial decidido pelo Governo Português para a utilização do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e anteriormente aplicado para apoiar a execução de investimentos públicos.</p> <p>O “INVESTE QREN” tem uma dotação de 1000 milhões de Euros de fundos, dos quais 500 milhões provêm do empréstimo quadro celebrado entre o Estado Português e o BEI, e os restantes 500 milhões do balanço das instituições bancárias aderentes.</p> <p>A linha “INVESTE QREN” é um instrumento de financiamento (a título de empréstimo) a projetos de investimento empresarial aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos ou a projetos de “Ações Coletivas” aprovados no respetivo sistema do QREN.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas (FIEAE)</i></p> <p>Despacho n.º 8656/2012. D.R. n.º 124, Série II de 2012-06-28</p>	<p>Autorizada a prorrogação do prazo do Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas (FIEAE) pelo período adicional de um ano.</p> <p>O FIEAE foi criado pelo Decreto -Lei n.º 104/2009, de 12 de maio, como forma de garantir o acesso das PME a disponibilidades financeiras imediatas, com o consequente impacte favorável ao nível do acréscimo dos níveis de competitividade, de produtividade e de emprego.</p>
<p><i>Tarifas de energia elétrica</i></p> <p>Diretiva n.º 9/2012. D.R. n.º 124, Série II de 2012-06-28</p>	<p>Tarifas Transitórias de Venda a Clientes Finais de energia elétrica a vigorarem a partir de 1 de julho de 2012.</p>
<p>Taxa de juros</p> <p>Aviso n.º 9099/2012. D.R. n.º 128 Série II de 2012-07-04</p>	<p>Publicação da taxa de juros para o mês de julho de 2012, já multiplicada pelo fator 0,96 é de 2733,80%.</p>
<p>Taxa de juros</p> <p>Aviso n.º 9100/2012. D.R. n.º 128 Série II de 2012-07-04</p>	<p>Publicação da taxa de juros para o mês de julho de 2012, de 2847,71%, a qual já multiplicada pelo fator 1,10 é de 3132,48%.</p>
<p><i>Compensação aos consumidores de eletricidade</i></p> <p>Diretiva n.º 10/2012. D.R. n.º 129, Série II de 2012-07-05</p>	<p>Compensação aos consumidores afetados por anomalias de contagem de energia elétrica.</p>
<p>Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública</p> <p>Despacho n.º 9135/2012. D.R. n.º 130 Série II de 2012-07-06</p>	<p>Designa os membros do conselho diretivo da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.</p>
<p>Lista de aposentados e reformados</p> <p>Aviso n.º 9257/2012. D.R. n.º 130 Série II de 2012-07-06</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de agosto de 2012.</p>
<p>Transferência de verbas - Assembleia Legislativa Região Autónoma da Madeira</p> <p>Despacho n.º 9136/2012. D.R. n.º 130 Série II de 2012-07-06</p>	<p>Transferência de verbas para eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.</p>
<p>Entidade Reguladora da Saúde</p> <p>Despacho n.º 9137/2012. D.R. n.º 130 Série II de 2012-07-06</p>	<p>Fixa a remuneração do fiscal único da Entidade Reguladora da Saúde.</p>
<p>Lista de imóveis</p> <p>Aviso n.º 9369/2012. D.R. n.º 132 Série II de 2012-07-10</p>	<p>Lista de imóveis, organizada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 46.º a 49.º do Decreto-Lei n.º 280/2007 de 7 de agosto.</p>
<p>Representante Fazenda Pública</p> <p>Decreto-Lei n.º 142/2012. D.R. n.º 133 Série II de 2012-07-11</p>	<p>Designação de representantes da Fazenda Pública.</p>
<p><i>Balcão do empreendedor</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 141/2012. D.R. n.º 133, Série I de 2012-07-11</p>	<p>Altera o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, no respeitante à implementação do «Balcão do empreendedor», prorrogando a duração da fase experimental e diferindo, por um ano, o prazo limite para a plena produção de efeitos das disposições que pressupõem a sua integral implementação.</p>
<p><i>Código dos Contratos Públicos</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 149/2012. D.R. n.º 134, Série I de 2012-07-12</p>	<p>Procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Comissão revisão CPA Despacho n.º 9415/2012. D.R. n.º 134 Série II de 2012-07-12	Cria a comissão de revisão do Código do Procedimento Administrativo, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.
Aquisição serviços móveis terrestres Portaria n.º 293/2012. D.R. n.º 135 Série II de 2012-07-13	Estabelece disposições no âmbito da Administração Regional de Saúde de LVT, I.P., referentes ao procedimento de aquisição de serviços móveis terrestres.
Portaria n.º 211/2012. D.R. n.º 135 Série I de 2012-07-13	Primeira alteração à Portaria n.º 1033-A/2012, de 6 de outubro, que estabelece um regime de discriminação positiva para as populações e empresas locais, com a aplicação de um sistema misto de isenções e de descontos nas taxas de portagem nas autoestradas SCUT do Norte Litoral, do Grande Porto e da Costa da Prata.
Regulamento de Gestão do Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais Portaria n.º 214/2012. D.R. n.º 137 Série I de 2012-07-17	Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais.
Taxa de segurança Portaria n.º 215/2012. D.R. n.º 137 Série I de 2012-07-17	Regulamenta a taxa de segurança alimentar mais (Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais).
Entrega aos cofres do Estado Portaria n.º 218/2012. D.R. n.º 139 Série I de 2012-07-19	Procede à entrega nos cofres do Estado da receita proveniente do leilão de atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz.
Garantia bancária Despacho n.º 9388/2012. D.R. n.º 141 Série II de 2012-07-23	LIPOR - Garantia bancária.
Taxa supletiva juros moratórios Aviso n.º 9944/2012. D.R. n.º 142 Série II de 2012-07-24	Taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, em vigor no 2.º semestre de 2012.
<i>Atividades de transporte rodoviário - veículos</i> Despacho n.º 10009/2012. D.R. n.º 143, Série II de 2012-07-25	Definição de um conjunto de normas de identificação dos veículos licenciados para várias atividades de transporte rodoviário.

Abreviaturas Utilizadas

